

ESCOLA DE HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA

DIOUANY PITHAN CORRÊA

**AS ESCOLAS PRIVADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO PRIMEIRO ANO DA PANDEMIA
DE COVID-19: MANIFESTAÇÕES PELA REABERTURA**

PORTO ALEGRE
2021

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

DIOUANY PITHAN CORRÊA

**AS ESCOLAS PRIVADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO PRIMEIRO ANO
DA PANDEMIA DE COVID-19: MANIFESTAÇÕES PELA REABERTURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia-Educação Infantil e Anos Iniciais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica de la Fare

Porto Alegre

2021

Diouany Pithan Corrêa

**AS ESCOLAS PRIVADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO
PRIMEIRO ANO DA PANDEMIA DE COVID-19:
MANIFESTAÇÕES PELA REABERTURA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau de Licenciado em
Pedagogia-Educação Infantil e Anos
Iniciais da Escola de Humanidades da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Aprovado em ___ de _____ de 2021

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Mónica de la Fare – PUCRS

–

Convidado(a): Prof. Dr. Marcos Villela - PUCRS

Dedico este trabalho ao meu amado país que um dia foi democrático e feliz, aos mais de 600 mil brasileiros mortos pela COVID-19 e a todas as partes de mim que precisaram morrer para este trabalho ser escrito e entregue.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a mim por ter tido coragem de escrever sobre este tema e por toda a minha postura de respeito e ética durante a pandemia de COVID-19. Agradeço aos governos Lula e Dilma pelo PROUNI, por terem me dado a oportunidade de fazer faculdade gratuitamente. Agradeço à minha mãe por todo o apoio durante a vida e principalmente durante a graduação, se eu estou entregando este trabalho foi porque ela me ajudou com as contas na pandemia e não deixou que eu colocasse o trabalho na frente dos estudos. Agradeço ao meu pai por toda ajuda e incentivo até este momento, ele sempre torceu muito pelo meu sucesso.

Agradeço muito ao meu companheiro de vida, meu parceiro e amor que acompanhou todo o meu processo de estudar para o cursinho pré-vestibular e nesses últimos meses me deu todo o suporte para que eu escrevesse confortavelmente enquanto ele me ajudava com o restante das demandas da vida. Agradeço ao meu gatinho R2 que foi o único ser vivo que esteve comigo durante toda a pandemia e ainda está aqui do meu lado me fazendo companhia e me obrigando a não ficar só no computador trabalhando na escrita deste trabalho. Agradeço imensamente às minhas melhores amigas Aimée e Flávia por todo o amor, carinho e apoio desde que nos conhecemos, mas principalmente durante a pandemia de COVID-19 e na elaboração do TCC.

Não deixaria de agradecer minha orientadora maravilhosa, Mónica de la Fare, meu amor à primeira aula na faculdade, que com muita responsabilidade, afeto e compromisso me orientou a escrever esse pedacinho de mim chamado monografia. Agradeço também a professora Rosane Zimmer que me deu colo e cuidou de mim à distância quando eu mais precisei na pandemia, foi muito além do cargo que exerce, foi minha amiga. Agradeço às professoras Gabriela Dal Forno e Cibele Cheron, que atualmente não trabalham mais na PUCRS, por me ensinarem a ser uma pesquisadora melhor. Em nome delas agradeço os demais professores que foram muito importantes na formação da pessoa que eu sou hoje e principalmente da profissional que me tornei. Por último, agradeço à PUCRS por me formar uma pedagoga qualificada para o mundo, para a vida e para o mercado de trabalho.

“Dia-a-dia nega-se às crianças o direito de ser criança. Os fatos, que zombam desse direito, ostentam seus ensinamentos na vida cotidiana. O mundo trata os meninos ricos como se fossem dinheiro, para que se acostumem a atuar como o dinheiro atua. O mundo trata os meninos pobres como se fossem lixo, para que se transformem em lixo. E os do meio, os que não são ricos nem pobres, conserva-os atados à mesa do televisor, para que aceitem desde cedo, como destino, a vida prisioneira. Muita magia e muita sorte têm as crianças que conseguem ser criança”.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

Este trabalho versa sobre as manifestações pela reabertura das escolas privadas de educação infantil no primeiro ano da pandemia de COVID-19 em Porto Alegre. Durante o isolamento social ocasionado pelo coronavírus, podemos observar diversas manifestações solicitando a reabertura das escolas privadas infantis, sendo que alguns discursos continham inclusive ideias equivocadas sobre a função e o papel desta etapa da educação básica. O problema de pesquisa deste trabalho se baseia na motivação dos manifestantes ao pedir a reabertura e na concepção que algumas escolas privadas possuem de educação infantil. O objetivo deste trabalho foi analisar através dos discursos dos manifestantes se a motivação da reabertura era suprir as necessidades das crianças ou das escolas privadas, ou até mesmo das famílias das quais estas crianças fazem parte. Também buscou-se identificar quais foram as reclamações, preocupações, expectativas e definições/funções da escola de educação infantil presente nas manifestações. Por fim, a presente investigação também pretendeu comparar os dados obtidos através da coleta de dados das manifestações com as funções e definições da escola de educação infantil presente dos documentos oficiais que regem a educação brasileira. Como marco teórico foram utilizados artigos escritos no ano de 2020 após um estado de conhecimento, dentre os autores mais importantes estão Dermeval Saviani, Paulo Freire, Moacir Gadotti, Sonia Kramer, Moysés Kuhlmann e Paulo Fochi. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória que utilizou como ferramenta a análise documental e a análise categorial temática. Foram selecionadas manifestações públicas do ano de 2020 que continham solicitações de reabertura das escolas privadas de educação e delas surgiram categorias que resultaram em análises. Como resultado destas análises foi possível observar a prevalência da questão financeira das escolas privadas como motivo para a reabertura e a necessidade das famílias de terem um lugar para levar a criança ao irem trabalhar, demonstrando que essas manifestações em 2020 não estavam priorizando a criança, mas os adultos.

Palavras-chave: Manifestações. Reabertura. Escola privada. Educação Infantil. COVID-19.

ABSTRACT

This work is about the demonstrations for the reopening of private schools of early childhood education in the first year of the COVID-19 pandemic, in Porto Alegre. During the social isolation caused by coronavirus, we can observe a lot of demonstrations requesting the reopening of the early childhood private schools. Some speeches even contained wrong ideas about the function and the role of this stage of basic education. The research problem of this work is based on the protesters' motivation when they requested the reopening, and it's also based on the conception that some private schools have of early childhood education. The objective of this work was to analyze, through the protesters' speech, if the reopening motivation was to supply the necessities of the children or the private schools, or even if the motivation was to supply the necessities of the families. We also try to identify the claims, worries, expectations, and definitions/functions of early childhood schools present at the demonstrations. Finally, the investigation intended to compare the information obtained through data collection of the demonstrations with the definitions/functions of early childhood education present in the official and legal documents of Brazilian education. As a theoretical framework, we used articles written in 2020: the most important authors were Dermeval Saviani, Paulo Freire, Moacir Gadotti, Sonia Kramer, Moysés Kuhlmann and Paulo Fochi. It is a qualitative, descriptive and exploratory research that utilized the documental analysis and the categorical thematic analysis as a tool. The result of these analyses showed the prevalence of the private schools' financial problems as a reason for the reopening. Another reason was the families' necessity for a place to leave the kids during the work time. This situation showed that the demonstrations in 2020 weren't prioritizing the kids: they were prioritizing the adults' needs.

Keywords: Demonstrations. Reopening. Private school. Early childhood education. COVID-19.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	17
2.1 A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	18
2.2 A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM PORTO ALEGRE	26
2.3 A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A COVID-19	32
3 MANIFESTAÇÕES PELA REABERTURA DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	44
3.1 A VEZ E A VOZ DAS ESCOLAS PRIVADAS INFANTIS	45
3.2 RECLAMAÇÕES	46
3.3 PREOCUPAÇÕES	51
3.4 EXPECTATIVAS	58
3.5 DEFINIÇÕES/FUNÇÕES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	62
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE 1	81
APÊNDICE 2	82
APÊNDICE 3	84
APÊNDICE 4	87
APÊNDICE 5	89

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019 o primeiro caso de COVID-19 foi registrado em Wuhan, na China. Mesmo não possuindo nenhum caso no Brasil, foi decretada emergência sanitária e medidas contra a epidemia foram enviadas para o Congresso Nacional pelo Governo Federal no dia quatro de fevereiro de 2020. No dia onze de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declara que estamos em uma pandemia causada pelo novo coronavírus. No dia seguinte o Governo do Estado do Rio Grande do Sul lançava o Decreto n. 55.115, de 12 de março de 2020, que transcorreu sobre a prevenção do coronavírus para os funcionários de órgãos públicos do estado. No dia 16 de março de 2020 o decreto n. 55.118 estabeleceu, como medida de prevenção do contágio, a suspensão de escolas estaduais por 15 dias e uma recomendação para a rede privada e demais segmentos adotarem as medidas de prevenção dessa normativa. Posteriormente, em 17 de março de 2020, a prefeitura de Porto Alegre inseriu escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental, médio, universidades e cursos de idiomas no decreto n. 20.499, de 16 de março de 2020, como estabelecimentos que deveriam permanecer fechados. Este decreto estipulou que a educação infantil suspendesse suas atividades a partir do dia 23 de março, já as escolas e instituições de ensino cessaram a presencialidade no dia 18 de março, ambas voltariam ao atendimento presencial habitual no dia 12 de abril de 2020.

Percebe-se, pelas datas dos decretos, que tudo aconteceu rapidamente, isso se deve ao fato de que essa doença causada por esse novo tipo de vírus não era conhecida. Havia um vírus parecido que contaminava animais, porém não se tinham estudos deste vírus em humanos. Nesses decretos o uso de máscara facial ainda não era indicado, portanto manter pessoas aglomeradas em um mesmo ambiente era muito perigoso. O vírus era o Sars- CoV- 2, um novo Coronavírus que causa a doença chamada COVID-19. Ela é transmitida através de tosse, catarro, espirro, gotículas de saliva, contato com pessoas e superfícies contaminadas. As zonas do corpo que estão suscetíveis à contaminação são boca, nariz e olhos, por esse motivo o uso de máscaras e higienização das mãos faz parte da prevenção à doença COVID-19. Além da máscara e higienização das mãos e superfícies, o isolamento social é uma das

medidas de prevenção mais efetivas no controle de casos de contaminação pelo vírus.

Nesse movimento de fechar a cidade, a população foi tirada da sua rotina, do seu espaço e do seu convívio em sociedade, em especial as crianças pequenas. As famílias a partir desta ação tiveram que readaptar a forma de trabalhar e de se organizar dentro de casa. A casa se tornou tudo: o lazer, o trabalho, a escola dos filhos, a sala do terapeuta, a academia, etc. As escolas fecharam em março e durante o ano muitos estabelecimentos abriram e funcionaram mesmo durante uma pandemia, pela questão econômica, de não previsão do término e por falta de rigorosidade do governo em relação ao controle do cumprimento das medidas sanitárias. As instituições escolares e os professores começaram a ser questionados pelo seu fechamento e trabalho remoto, já que outros estabelecimentos estavam abertos e operando de forma presencial.

Um dos motivos pelos quais as escolas estavam fechadas era pela quantidade de pessoas que circulam dentro do mesmo ambiente: alunos, professores, gestores, equipe de limpeza, alimentação, famílias. Não havia como fazer isolamento social dentro de uma instituição que reúne tantas pessoas dentro de salas. Além disso, a obrigatoriedade de máscaras e a higiene das mãos e superfícies tornava o ambiente escolar um lugar propício para a contaminação comunitária. Algumas crianças não conseguiriam permanecer de máscara o tempo todo e poderiam levar o vírus para suas famílias e contaminá-los podendo ocasionar um óbito familiar.

O contexto político brasileiro influenciou uma parte da população que acreditava que a pandemia era menos perigosa do que o desemprego e a fome, que trabalhar e seguir a vida eram o melhor a ser feito. O discurso do atual presidente do Brasil ocasionou diversos comportamentos violentos e anticientíficos, como o uso do medicamento Hidroxicloroquina como prevenção da doença COVID-19, droga esta que não tem nenhuma evidência de melhora no tratamento ou prevenção da doença. Estes comportamentos aumentaram ainda mais o pensamento de algumas famílias sobre os profissionais da educação, ao colocarem os professores como profissionais preguiçosos que estavam em casa. O governo federal e todos os seus apoiadores banalizaram a pandemia chamando-a de “gripezinha” e anunciavam o *slogan* “O Brasil não pode parar”.

Durante o isolamento social, as ideias de educação e aprendizagem se perderam em atividades e demandas para entregar para a escola, tanto dos professores para suas coordenações quanto dos alunos para seus professores. Na educação infantil houve tentativas de manter-se uma aproximação do que seriam as aulas nas escolas, através de propostas mais lúdicas e que envolvessem habilidades manuais. Mas como simular algo que se faz característico pelo vínculo e pela presencialidade? Podemos ousar tentar no ensino remoto uma aproximação com as aulas anteriores à pandemia? Não podemos, a educação requer presença e vínculo, principalmente na educação infantil, porém não podemos buscar ingenuamente o retorno do que era antes, é necessário que se crie um novo jeito de educar, novas educações. Brandão (1981), afirma que misturamos a vida com a educação, com uma ou com várias, educações. Para viver, aprender, atuar no mundo utilizamos diversos tipos de educações, o que torna o tempo em casa das crianças no isolamento uma oportunidade para novas aprendizagens e não somente uma privação de liberdade.

Antes de apresentar a pesquisa falarei sobre mim, a autora deste trabalho, para explicitar o caminho construído para a escolha do tema. Sempre fui diferente dos outros e busquei na educação um passaporte para a liberdade: me mudei do interior para a capital do estado para estudar e entrei na faculdade para abrir caminhos que estavam fechados para mim. Na graduação em Pedagogia, pude me conhecer como pertencente a uma sociedade de mudanças e transformações, como sujeito apto para atuar no mundo de forma ética e afetiva. Apesar de acreditar no grande potencial da educação, nunca a romantizei como a grande solucionadora dos problemas do mundo. Sou uma mulher que não consegue reduzir grandes faltas a soluções vazias e rasas como, por exemplo: “é preciso que se tenha mais educação”, frase muito utilizada em diversos discursos e redações. Nunca me imaginei professora, menos ainda como alguém que salvaria o mundo através da educação de crianças – essa ideia de educadora heroína não faz parte da minha história. E indago aqui: essa ideia de educador herói serve para quem? Continuamos trabalhando muito e recebendo pouco. Onde o Estado está para dar suporte aos professores? Fala-se de educação para lá e para cá quando políticas públicas educacionais vêm sendo desmanteladas dia após dia. É preciso coragem para enxergar o Brasil e a educação como elas realmente são: sobreviventes.

A pessoa que sou e o trabalho que escrevo se misturam na minha experiência durante a pandemia de COVID-19. Em 2020 e 2021 tive a oportunidade de ser bolsista de iniciação científica em um projeto que versava sobre o cotidiano e os sentimentos das crianças chamado “O Campo da Educação em Movimento: estudo sobre o cotidiano Da e Na Infância”, coordenado pela Profa. Andreia Mendes dos Santos. Através dessa pesquisa contatei mães, escolas e professoras para enviar um questionário que continha diversas perguntas sobre a vida das crianças durante o isolamento¹. Ao todo, 972 famílias de todo o Brasil responderam ao questionário semiestruturado sobre suas crianças. Na leitura das respostas e criação do banco de dados pude notar duas vertentes: crianças que estavam felizes por estarem mais tempo com sua família e crianças irritadas e cansadas do isolamento. A maioria dos respondentes desta pesquisa utilizava a instituição privada como meio escolar e ganhava de 5 a 10 salários mínimos. Ou seja, não eram pessoas em vulnerabilidade social, mas que também estavam sendo afetadas com o fechamento das escolas e os filhos em casa. Nas respostas do questionário, a saudade da professora, dos amigos e colegas era muito presente, porém a falta da escola não. As crianças sentiam falta do recreio, dos colegas, de brincar, de levar brinquedos, das aulas em si não se tinha muita falta. No isolamento social o que mais foi sentido foi a ausência de pessoas além do núcleo familiar da residência, a saudade dos avós, dos amigos, das pessoas queridas.

Ainda no ano de 2020 eu era estagiária em uma escola de grande porte de Porto Alegre, devido à pandemia meu salário foi reduzido a uma quantia muito pequena e minha mãe estava me ajudando a pagar o aluguel. Em julho do mesmo ano, uma mãe de um ex-aluno entrou em contato comigo para me fazer uma proposta de trabalho. Eu havia sido auxiliar da professora do berçário e do mini maternal em que essa criança esteve nos primeiros anos de vida, por esse motivo a família tinha uma relação de confiança e afeto por mim. As exigências da família eram que eu morasse perto do imóvel deles, me locomovesse até o local de Uber, quando chegasse lá trocasse toda a minha roupa e utilizasse máscara. A minha contratação se deu devido ao meu comprometimento com as

¹ Estas informações estão disponíveis para o público no livro “O Cotidiano e os Sentimentos da Criança no período da pandemia por Coronavírus”, fruto do trabalho de pesquisa do grupo coordenado pela Profa. Andreia Mendes dos Santos no ano de 2021 (DOS SANTOS; VERÍSSIMO, 2021).

normas de saúde durante a pandemia, eu apenas frequentava o trabalho, o mercado e a feira orgânica. Fiquei responsável pelo menino de dois anos de idade no turno da tarde, em um espaço reservado só para nós no andar de cima do imóvel. A criança estava muito irritada, gritava, jogava os brinquedos no chão, não deixava ninguém conversar e ficava muito tempo no celular assistindo vídeos de desenhos animados.

O espaço não estava organizado para a criança para que ela brincasse e a relação dos pais era de muito desrespeito na frente do filho, por esse motivo o menino não deixava ninguém falar na casa, com medo que resultasse em uma briga. A alimentação era feita na frente da televisão, a comida era dada na boca, não havia autonomia e ambiente preparado. Quando eu entro no ambiente, estabeleço uma rotina e construo um espaço para a criança brincar e se expressar, o menino se reorganiza. Essa situação mostrou a importância de que os outros ambientes além da escola estejam preparados para receber crianças, pois a escola não é o único ambiente que a criança frequenta e ela não pode ser responsável por todo o desenvolvimento infantil. O menino necessitava de organização, atenção e autonomia, ele queria alguém para brincar com ele, para enxergar todas as descobertas que ele estava fazendo e para descobrir junto. Através destas duas experiências, uma de observação e outra de prática docente, pude notar que o que fazia muita falta e diferença na vida das crianças não era o espaço físico escolar ou as “atividades”, mas as brincadeiras e a interação com outro, com a sua família e principalmente com seus pares.

A partir desse contexto e de minhas experiências escolhi o tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de Pedagogia, que versa sobre as escolas privadas de educação infantil no primeiro ano da pandemia de COVID-19 e suas manifestações pela reabertura. Articulado ao tema elaborou o problema de pesquisa deste trabalho na minha indagação após presenciar numerosas cenas e exigências para a reabertura das escolas de educação infantil no município de Porto Alegre: Qual é a concepção de escola de educação infantil que essas instituições privadas possuem? Os motivos pelos quais os manifestantes estavam protestando e pedindo a abertura das instituições estavam dentro do papel da escola de educação infantil atual ou estavam extrapolando e se baseando em ideais superados do que seria a função de uma escola de educação infantil?

O objetivo dessa pesquisa foi analisar através dos discursos dos manifestantes porto-alegrenses se a motivação da abertura das escolas era suprir as necessidades das crianças ou das escolas privadas ou das famílias das quais estas crianças fazem parte. Já os objetivos específicos são identificar quais foram as reclamações, preocupações, expectativas e definições/funções de escola de educação infantil dos manifestantes e comparar os dados obtidos com as funções da escola de educação infantil estipuladas pela legislação brasileira e documentos oficiais.

O marco teórico utilizado neste trabalho incluiu os autores Dermeval Saviani, Paulo Freire, Moacir Gadotti, Sonia Kramer, Moysés Kuhlmann e Paulo Fochi. Artigos escritos durante a pandemia de COVID-19 foram incorporados ao trabalho após a elaboração de um estado de conhecimento, além de livros e documentos históricos que possuem a função de resgatar o passado para poder entender o presente.

Para responder às perguntas do meu problema de pesquisa, optei por elaborar uma pesquisa qualitativa descritiva exploratória, através da análise de documentos, notícias e pronunciamentos divulgados pela mídia durante o primeiro ano de pandemia. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade (GERHARDT e SILVEIRA apud TRIVIÑOS, 1987). Para análise das informações obtidas utilizei a análise categorial temática. Segundo Júnior e Melo e Santiago (2010):

A análise categorial temática funciona em etapas, por operações de desmembramento do texto em unidades e em categorias para reagrupamento analítico posterior, e comporta dois momentos: o inventário ou isolamento dos elementos e a classificação ou organização das mensagens a partir dos elementos repartidos (JÚNIOR e MELO e SANTIAGO, 2010).

A pandemia de COVID-19 ainda não terminou. Há muito trabalho pela frente para que a educação infantil siga em constante transformação e melhoria, para que escolas tenham seu papel reconhecido como uma das instituições responsáveis pelo desenvolvimento das crianças, como parceira das famílias dos estudantes. Espaços públicos, praças, parques e a própria residência do aluno também desempenham um papel de aprendizagem e devem estar preparados e planejados para receber crianças. Este estudo se faz necessário

para que possamos estipular o ponto de partida para definir limites e oportunidades para a escola de educação infantil privada diante deste cenário pandêmico e de outros que virão no futuro.

A seguir, este trabalho se apresenta organizado em dois capítulos. O Capítulo I versa sobre o que já foi consolidado como papel da escola de educação infantil no Brasil e no município de Porto Alegre. Este capítulo também aborda como as escolas de educação infantil atuaram no primeiro ano de pandemia de COVID-19 antes das escolas reabrirem. No Capítulo II, a visão dos manifestantes e seus apontamentos sobre a reabertura das escolas de educação infantil privadas durante o primeiro ano da pandemia ganham espaço e voz nesta pesquisa. Para buscar responder ao problema deste trabalho, o capítulo II analisa os documentos do primeiro capítulo e os dados obtidos no segundo e delimita algumas respostas e novos questionamentos sobre as escolas de educação infantil privadas durante a pandemia de COVID-19.

2 A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As palavras dão sentido à nossa vida, às nossas ações, aos nossos pensamentos. Dito isto, começo esse capítulo trazendo a definição do dicionário das palavras que deram o nome a este deste capítulo. A palavra ESCOLA tem diversas definições, destas escolho três: Instituição que tem por finalidade ministrar ensino coletivo; Prédio onde funciona esta instituição; Doutrina de pensamento de indivíduo ou de grupo de indivíduos que se destacou em algum ramo do conhecimento (ESCOLA, 2015). Através das definições chega-se a três palavras importantes neste trabalho de conclusão de curso: instituição, prédio e doutrina.

O termo EDUCAÇÃO também possui uma lista inúmera de definições, mas aqui caberão somente três, são elas: Ato ou processo de educar-se; Processo que visa o desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano; Conhecimento e prática de boas maneiras no convívio social (EDUCAÇÃO, 2015). Quatro palavras resumem ainda mais a educação: Ato, processo, conhecimento e prática.

Por último e não menos importante, pelo contrário, a mais importante de todas as anteriores, INFANTIL. Nesta palavra não há muitas definições, destaco duas que vão de encontro a este trabalho: Relativo à infância e Apropriado à Infância, infância é o primeiro estágio da vida dos seres humanos (INFANTIL, 2015). É importante ressaltar que nas definições da palavra infantil e infantilidade aparecem outras palavras de cunho desvalorizador: tolo, ingênuo, imaturo. A palavra infantil quando destinada a um adulto é vista como uma espécie de xingamento, como se o adulto não fosse maduro e não tivesse responsabilidade sobre suas ações.

Segundo Gadotti (2005), uma escola é um conjunto de relações interpessoais, sociais e humanas onde se interage com a natureza e o meio ambiente. Se perguntássemos a cada pessoa do mundo o que significa a palavra escola, o que ela é surgiria uma lista inumerável de respostas diferentes, a escola é para cada indivíduo uma diversidade de sentidos. A maioria das pessoas passa pela escola ao menos uma vez em sua vida, ela faz parte da construção da cidade, do estado e do país. A escola é uma instituição social, por isso, política.

Freire (1996) define a educação como uma forma de intervenção no mundo, como ideológica, como a inconclusão de nosso ser histórico de que nos tornamos conscientes. A educação de Freire é carregada de horizontalidade, onde aquele que educa aprende e aquele que aprende educa. Para o autor, a educação não muda o mundo, corroborando com as minhas crenças pessoais, a educação muda a forma como as pessoas pensam e atuam no mundo e através dessas atitudes e pensamentos as mudanças acontecem.

Então, a escola de educação infantil é um espaço, prédio, doutrina onde ocorre o ato, processo, conhecimento e prática relativo e apropriado à infância. É o lugar onde crianças podem ser crianças, o primeiro ambiente fora do núcleo familiar, um espaço coletivo que serve como anteparo entre mundo privado ao mundo público. Kramer (1996) cita que a escola para crianças de até seis anos têm a função de contribuir, junto com as demais instâncias da vida social, para as transformações necessárias no sentido de tornar a sociedade brasileira mais democrática. Sobre este espaço dedicado ao desenvolvimento das crianças, este trabalho se debruçou, mantendo o foco nas escolas privadas e nas suas reivindicações durante a pandemia de COVID-19 em Porto Alegre.

2.1 A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Há 521 anos, o Brasil era invadido por homens europeus em suas caravelas. Muito sangue, morte e doenças banharam o território brasileiro desde então, sangue indígena, sangue europeu e sangue africano. Os colonizadores trouxeram famílias brancas para habitar o território e fazer dele seu trabalho. Nesse processo, pessoas negras estavam sendo vendidas no continente africano e trazidas até o Brasil para trabalhar para estes homens brancos e europeus. Sueli Carneiro se refere a esse período como pesadelo colonial (CARNEIRO, 2011).

Trago este resgate da história, pois é necessário refletir sobre a raiz do cuidado das crianças no Brasil. As crianças brancas eram cuidadas por mulheres negras escravizadas, muitas vezes amamentadas também. Enquanto isso, as crianças negras eram colocadas de lado para que a mãe servisse à criança do seu senhor, seu comprador, muitas vezes seu estuprador e pai do seu filho abandonado (FIGURA 1).

Figura 1: A escola de educação infantil no Brasil



“Mãe Preta”. Lucílio de Albuquerque, 1912. Óleo sobre tela.

Fonte: Acervo do Museu de Arte da Bahia.

Enquanto isso, nas aldeias indígenas brasileiras, entre batalhas e resistências, mães e pais cuidavam muito bem das crianças do seu povo, dentro do seu território. Em uma tentativa de apagamento da cultura indígena e de dominação, a Igreja Católica e seus educadores jesuítas insistiam em catequizar e trazer a ideia de civilização para os povos originários. Em um livro sobre as missões dos padres capuchinhos, ABBEVILLE (1688, p.224) cita:

“Quanto às mães, é impossível dizer a que ponto amam seus filhos apaixonadamente”. Jamais os abandonam e trazem-nos sempre, em sua companhia. As mães descansam, em geral, apenas dois ou três dias depois do parto; depois disso, carregam o menino suspenso ao pescoço por um pedaço de pano de algodão, e vão para a roça trabalhar ou ocupar-se de sua casa sem maiores resguardos. Muitas vezes, além da criança que carregam assim dependurada, levam um outro pela mão, e mais dois ou três maiorzinhos as acompanham. Como querem muito bem a seus filhos, cuidam extremamente de sua limpeza.

Além de amamentá-los, alimentam-nos com manipói, espécie de papa. Não fazem como as mães de nosso país, que mal nascem os filhos os entregam às amas e mesmo os mandam para fora, a fim de não se aborrecerem com eles. Nisso não as imitariam as selvagens por nada no mundo, pois querem que seus filhos sejam alimentados com seu próprio leite.

Também creio que se deva atribuir ao grande amor que os pais têm a seus filhos o fato de jamais lhes dizerem palavras ofensivas; dão-lhes, ao contrário, ampla liberdade para fazerem o que lhes apetece e nunca os repreendem. “Por isso mesmo, espanta que as crianças nada façam, em geral, que possa descontentar os pais, mas se esforcem, ao contrário, por agir de modo a lhes serem agradáveis” (ABBENVILLE, 1688, p. 224).

Através desse trecho do livro de ABBEVILLE e da histórica utilização de amas de leite em situação de escravidão no Brasil, é notável que para os ocidentais e colonizadores o cuidado era terceirizado, era garantido através de poder sobre outros corpos e dinheiro, transferindo a responsabilidade do cuidado de suas crianças para outrem. Era para eles espantoso ver o cuidado das mães e pais com seus filhos, a falta de punição, a companhia constante da criança nas atividades dos pais e a liberdade que era dada a estes curumins.

A Lei Áurea foi sancionada na Assembleia Geral em 13 de maio de 1888 no Brasil (BRASIL, 1888). O passado escravocrata é muito recente, fazem apenas 133 anos que pessoas negras não possuem mais donos. Após a abolição muitas mulheres negras precisaram abandonar seus filhos e as que tentavam sustentar suas famílias eram constantemente acusadas de maus tratos e animalizadas, a violência contra as crianças era justificada como forma de educação pelas pessoas brancas (SILVEIRA, 2021). Nesse abandono e violência, o Brasil foi se constituindo através do poder e da grande diferença econômica dos demais habitantes, crescendo e buscando mais capital frente à desigualdade social.

À medida que a sociedade se tornava cada vez mais capitalista através das indústrias, as trabalhadoras necessitavam de um espaço para deixar seus filhos enquanto trabalhavam. Devido a essa demanda, espaços foram criados para acolher crianças de 0 a 6 anos, filhos de trabalhadoras e trabalhadores, muitas gerenciadas por empresas e instituições comunitárias. Em 1922 aconteceu o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, criado pelo Departamento da Criança no Brasil, onde 5 seções foram levantadas para discussão e votação: I – Sociologia e Legislação; II – Assistência; III – Pedagogia; IV – Medicina Infantil; V – Higiene (PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTECÇÃO Á INFANCIA, 1922). Nota-se neste evento que as questões levantadas sobre creches e jardins de infância tinham um viés assistencialista e higienista, garantindo alimentação, segurança, cuidados com limpeza e saúde das crianças em relação ao controle de doenças. A existência dessas instituições não tinha o objetivo de garantir o direito do trabalhador, como afirma KUHLMANN (1991, p. 20):

Mais do que nas indústrias, propunha-se o atendimento à infância por entidades assistenciais, considerando o atendimento à infância não como um direito do trabalhador, mas como uma dádiva dos filantropos (KUHLMANN, 1991).

A institucionalidade da Educação Infantil ocorreu na década de 1930 devido a essas mudanças na forma social, política e capitalista que a sociedade estava sofrendo (NUNES, 2009). A escola retira a criança de sua família para lhe ensinar aquilo que a sociedade precisa que ela aprenda, com o objetivo de evitar que filhos de trabalhadoras operárias sejam problemáticos. Esse movimento escancara a desigualdade social, o assistencialismo, o autoritarismo no macro do capitalismo e o controle social das classes trabalhadoras.

Segundo Nunes (2009), podemos definir como a grande fase do assistencialismo aquela que vai dos anos 1930 até meados de 1970, quando o padrão de política social mais geral da sociedade brasileira começa a mudar. Nesse período há um foco muito grande na maternidade das mães trabalhadoras, no aleitamento materno, assim como questões morais e de higiene da família (NUNES, 2009). A partir de 1970, manifestações pela abertura de mais escolas e em melhores condições foram mudando aos poucos a antiga concepção de escola como um favor para a mãe que precisa trabalhar (NUNES, 2009).

Posteriormente, na Constituição Federal (CF) de 1988, decreta-se que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O artigo 205 garante que a educação é dever do estado e da família e o artigo 208 número IV, estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 1988). Em 2006 a emenda 53 é anexada à CF, incluindo o termo “Educação Infantil” em creche e pré-escola, tirando a palavra atendimento do artigo. A idade equivalente para o término desta etapa, que anteriormente era seis anos, vai para cinco anos, ou seja, com seis anos a criança irá para o primeiro ano do ensino fundamental.

Posteriormente, o ano de 1990 foi marcado pela criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da lei n 8.069 dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Esse estatuto define como criança pessoas de zero até doze anos incompletos e adolescentes pessoas que tenham de 12 a 18 anos e garante que elas gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção descrita por esta lei (BRASIL,

1990). Essa lei define a condição peculiar das crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento. O ECA destaca também:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

O ECA traz em seu texto o capítulo III, nele está contido o direito à convivência familiar e comunitária, o artigo n. 19 incluído pela redação da lei n 13.257 de 2016 cita como direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seu seio familiar e que a convivência seja em um ambiente que garanta o seu desenvolvimento integral (BRASIL, 2016). Ainda neste capítulo, o artigo 22 versa sobre o dever dos pais quanto ao sustento, guarda e educação dos filhos pequenos. No capítulo seguinte IV sobre o direito à educação, à cultura e o lazer o parágrafo único cita como direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico e participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 1990). Neste estatuto a importância da família e da comunidade fica clara, porém como podemos observar ao longo dos anos, muitas escolas não conseguiram trazer as famílias para elaboração das propostas e para valorizar os saberes e culturas de núcleo familiar.

A Lei n 9.394 de 1966, Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, (LDBEN), estabelece no seu primeiro artigo que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, etc. Já o segundo artigo decreta que a educação é dever da família e da escola e o inciso X do artigo 3º dispõe sobre a valorização da experiência extraescolar (BRASIL, 1996). Esses artigos são importantes, pois direcionam a educação escolar como uma via de mão dupla, amparada pela escola e pela família, abrange não só os conhecimentos da criança dentro da sala de aula, mas toda a sua experiência fora dela.

A LDBEN ainda traz na sessão do Direito à Educação e do Dever de Educar no artigo quatro, que o estado garantirá educação pública se garantido a educação básica, gratuita e obrigatória dos quatro aos dezessete anos de idade (BRASIL, 1996). Em 2013 é anexada à LDBEN pela lei 12.796 neste mesmo

artigo a pré-escola, além da redação deste mesmo ano número II, que versa sobre a educação infantil gratuita às crianças de até 5 anos de idade (BRASIL, 2013). Através da LDBEN, a educação infantil entrou para o escopo da educação básica e agora é dever do estado e de responsabilidade dos municípios a oferta de vagas, administração e avaliação das escolas que oferecem esta modalidade.

Referente à Educação Infantil (E.I), primeira etapa da educação básica, a LDBEN define sua finalidade. O artigo 29 cita como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais em complementação a família e a comunidade (BRASIL, 2013). Quanto ao oferecimento, a E.I será oferecida em creches para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade. E como regra da educação infantil, o atendimento infantil terá duração de no mínimo quatro horas diárias para turno parcial e sete horas para o turno integral.

Outro documento muito importante para a educação infantil e para as escolas que oferecem esta etapa da educação básica são as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI). Antes destas diretrizes, em 1998 havia o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), porém este documento foi atualizado para as diretrizes e não é mais consultado para fins de legislação, por esse motivo o RCNEI não fará parte deste trabalho de conclusão de curso. As diretrizes utilizadas neste trabalho são do ano de 2009, portanto são mais recentes e se adaptam melhor ao cotidiano da educação infantil.

As DCNEI's discorrem sobre como as instituições de educação infantil devem estruturar suas práticas e sobre que práticas precisam estar presentes na vida escolar das crianças. O artigo terceiro das diretrizes concebe o currículo como um conjunto de práticas que articula saberes e experiências das crianças com os conhecimentos pertencentes aos patrimônios cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico visando promover a integralidade do desenvolvimento de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2009). Neste artigo é visível a importância do que a criança leva para a escola, pois existe a articulação entre o que ela já sabe e o que ela precisa aprender. Com efeito, a criança não deve ser tratada como uma folha em branco a ser preenchida pela instituição escolar. Ainda dentro das diretrizes, o artigo quarto versa sobre as propostas pedagógicas da educação infantil:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Como visto acima, nas Diretrizes a criança se torna o centro do planejamento curricular, é dada a ela a autonomia e liberdade para ser, descobrir e produzir cultura. Segundo Corsaro e Eder (1990 p.197-220 citado por SARMENTO, 2005 p. 373) as culturas das crianças são “um conjunto estável de actividades ou rotinas, artefactos, valores e ideias que as crianças produzem e partilham em interacção com os seus pares”. As crianças produzem cultura a partir do que observam no meio onde vivem na relação com os adultos e com outras crianças.

O artigo quinto das Diretrizes define as creches e pré-escolas como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que cuidam e educam crianças de zero a cinco anos no período diurno em ambas as jornadas, regulados, supervisionados e controlados (BRASIL, 2009). A educação infantil é responsabilidade dos municípios, cabe a eles esses três processos citados anteriormente. Nas propostas pedagógicas das Diretrizes da educação infantil existe um tríplice de princípios que devem ser respeitados, são eles: éticos, políticos e estéticos. Para finalizar as diretrizes, as instituições escolares têm função sociopolítica e pedagógica e esta última deve garantir acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens e ainda possuir como eixos norteadores as interações e brincadeiras (BRASIL, 2009).

Como último documento oficial nacional de educação que orienta a prática de escolas de educação infantil no Brasil a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), integra este trabalho. A BNCC foi fruto de muito estudo e pesquisa, ela conta com a colaboração de muitas pessoas e atualmente é o documento mais consultado para orientar a elaboração de práticas pedagógicas exigidas por lei no Brasil. O diferencial da Base é que ela traz os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e ainda os campos de experiências. Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento são: Conviver; Brincar; Participar; Explorar;

Expressar; Conhecer-se. Já os campos de experiências são: o eu, O outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala pensamento e imaginação; Espaço, tempos, quantidades, relações e transformações (BRASIL, 2018).

Os campos de experiência são determinações dispostas na base sobre o que as crianças podem aprender e se desenvolver, elas abordam o cotidiano, as interações, as brincadeiras. É uma dualidade entre as demandas de ensino dispostas pela cultura brasileira e as experiências das crianças como seres singulares produtoras de cultura. Porém, quando se fala da experiência das crianças como algo a ser criado, alguns autores se sentem incomodados, como citam PADINI-SIMIANO e BUSS-SIMÃO (2016):

Conforme já afirmamos, a experiência é única, singular, simbólica e repleta de sentidos. Dessa forma, a experiência é sempre uma dimensão singular e por isso não podemos “criar” experiências para as crianças. Ouvir uma história aconchegar-se no colo, estar entre amigos, participar de uma brincadeira pode se constituir em uma experiência para as crianças ou não... (PADINI-SIMIANO e BUSS-SIMÃO, 2016, p. 87).

A BNCC ainda tem o diferencial de separar por faixas etárias os grupos de estudantes da educação infantil para transcorrer os objetivos que precisam ser alcançados naquele grupo. Ela faz três divisões, são elas: Bebês (0 a 1 ano e 6 meses), Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). A BNCC traz em seu texto que o conceito de cuidar e educar é indissociável na educação infantil, ou seja, não há educação sem cuidado ou cuidado sem educação na E.I (BRASIL, 2018). Cada grupo possui objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dentro de cada categoria dos campos de experiência (BRASIL, 2018). Por esse motivo, é função de cada professor e instituição escolar consultar na BNCC a faixa etária da sua turma, buscar um campo de experiência de cada vez e ir se apropriando de cada objetivo de aprendizagem que este campo possui, só então ele poderá planejar suas práticas pedagógicas nos seus planos de aula.

Após este breve apanhado histórico de legislações que buscam a melhoria da educação infantil no Brasil, é possível reconhecer algumas conquistas para a educação das infâncias. A criança que antes era somente cuidada por motivos de higiene e controle de doenças, atualmente é reconhecida como um ser sujeito de direitos tem direito ao acesso à escola pública e gratuita.

Há a exigência de profissionais formados e a prática pedagógica não é mais assistencialista, as aprendizagens e desenvolvimentos que as crianças precisam desenvolver estão bem definidos em um documento oficial e de fácil acesso.

Hoje uma escola de educação infantil que não possui um plano político pedagógico que esclarece as práticas e os objetos de ensino, não consegue atuar de forma legal no município onde se situa. É obrigatório que as instituições avaliem as crianças quanto às suas aprendizagens durante o período na escola, que sigam padrões de qualidade referentes à infraestrutura e questões sanitárias. O acesso à cultura, ao esporte e a convivência com diversas faixas etárias é assegurada e a inserção da família nas reuniões e conselhos escolares é garantida por lei.

A educação infantil se desenvolveu muito a nível de pesquisa no Brasil, muitos teóricos estão discutindo questões de rotina, de alimentação, de relações entre crianças no contexto escolar, de desenvolvimento, de prática docente, de ambiente, de pesquisa das crianças e em crianças. Seminários, oficinas e cursos se tornaram muito populares na internet e virou um nicho de alguns influenciadores digitais nas redes sociais. Infância, cuidado, respeito e autonomia se tornaram palavras-chave quando se fala de crianças na internet.

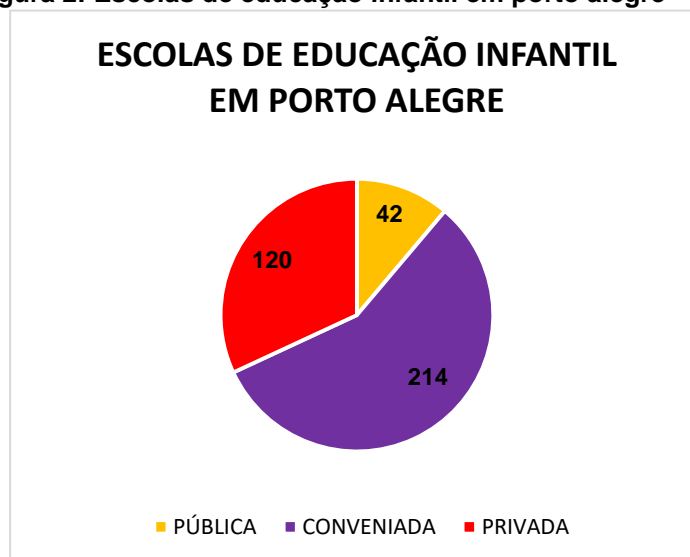
Ao mesmo tempo em que em níveis de pesquisa e divulgação de informações tenha havido um aumento e maior popularidade, ainda não há supervisão suficiente das instituições que oferecem a primeira etapa da educação básica. Decorrente da pouca, ou em alguns casos, nenhuma supervisão, a qualidade do que se propõe em escolas de educação infantil é baixa e em alguns casos continua priorizando o cuidado não associado ao ensino. A seguir irei contextualizar minha pesquisa no município de Porto Alegre e discutir sobre como a educação infantil atua neste município.

2.2 A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM PORTO ALEGRE

No município de Porto Alegre há três tipos de escolas: públicas, conveniadas e privadas. As escolas públicas são mantidas e organizadas financeiramente pelo município na educação infantil. Já nas escolas conveniadas há uma relação entre público e privado, onde a responsabilidade do Estado é repassada para a sociedade e o custo da educação é reduzido, há

a presença de verba pública e a de uma mantenedora que muitas vezes pode ser associações de bairro, entre outras. As escolas privadas possuem donos e não precisam prestar contas ao município, porém é obrigatório estarem credenciadas na Secretaria de Educação do município e com a infraestrutura e regras sanitárias de acordo com as regras do Ministério da Educação (MEC). Em Porto Alegre há 42 escolas de educação infantil públicas, 214 escolas conveniadas e 120 escolas privadas credenciadas na última atualização do site da prefeitura em 2020 (PORTO ALEGRE, 2020).

Figura 2: Escolas de educação infantil em porto alegre



Fonte: elaboração da autora (2021) a partir de dados da prefeitura de Porto Alegre

É possível observar no gráfico a predominância das escolas conveniadas, isso se deu devido à história da educação infantil em Porto Alegre. Assim como em outros municípios, a cidade tratava assistencialmente a educação de crianças pequenas, com a chegada do presidente Fernando Collor de Mello, que governou o Brasil no período 1990-1992, há um corte gigantesco nos programas e políticas sociais, dentre eles a extinção da Legião Brasileira de Assistência (LBA) (SUSIN e PERONI, 2011). Nesse sentido:

Uma das consequências desse ato do governo federal para as associações comunitárias da periferia da cidade de Porto Alegre foi o aprofundamento da inadimplência destas instituições, inclusive das de atendimento a crianças pequenas, que até então era feito de forma assistencial (SUSIN; PERONI, 2011, p. 190)

As autoras ainda versam que esse foi o motivo pelo qual se estabeleceu a relação público-privado, pois os manifestantes na urgência de resolver o problema das instituições que atendiam as crianças e foram fechadas por falta de pagamento, reivindicaram o convênio das associações mantenedoras das creches comunitárias com a prefeitura de Porto Alegre, visando assim um duplo atendimento (SUSIN e PERONI, 2011). Os anos passaram, a E.I se tornou parte da educação básica e ainda assim a parceria público-privado ainda prevalece no município, mesmo que a educação infantil seja responsabilidade do governo da prefeitura. Essa prevalência não é por acaso, os governos que instituíram políticas educacionais em Porto Alegre privatizaram diversos setores e quando não conseguiam privatizar totalmente, destinavam alguns setores para a iniciativa privada.

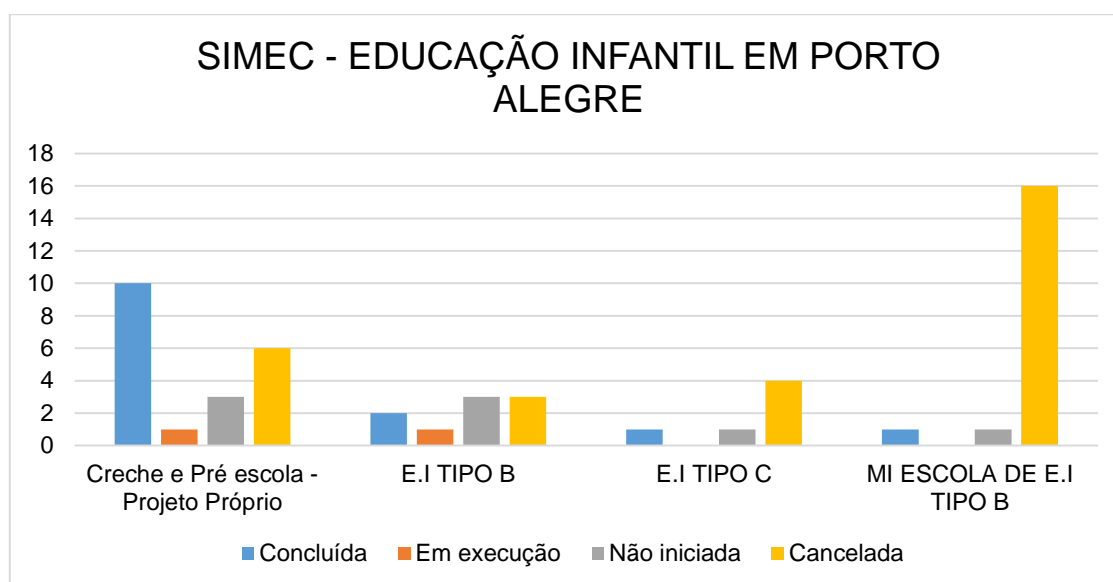
Porto Alegre é um município com uma população escolar de 192.293 estudantes matriculados (IBGE, 2020), há muita demanda para vagas na creche e em pré-escolas, o município não consegue atender a todos e muitas famílias aguardam em listas de espera para terem acesso ao direito de vaga na escola para seu filho. Nesse sentido, muitas famílias buscam estas escolas conveniadas que possuem uma mensalidade menor em relação às escolas privadas devido à ausência de vagas nas escolas públicas. Diversas famílias, ao procurar emprego neste município, buscam oportunidades onde a escola seja oferecida como um bônus, um auxílio creche, assim como vale-transporte.

Algumas ações em relação à educação infantil foram positivas, uma delas foi a criação do PROINFÂNCIA, Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil. Este programa foi instituído pela Resolução n. 6, de 24 de abril de 2007, como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação (BRASIL, 2007). Dois eixos fazem parte deste programa: construção de creches e pré-escolas, aquisição de mobiliário e equipamentos.

O Rio Grande do Sul aderiu ao programa e 261 municípios foram contemplados com a verba do PROINFÂNCIA (SCHABBACH e RAMOS, 2017). No Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC) ao buscar o de Porto Alegre 67 obras são encontradas, quatro categorias em relação à E.I foram encontradas, porém nenhuma do PROINFÂNCIA. Segundo o Ministério da Educação escolas tipo B e tipo C são respectivamente, projetos de creche com capacidade para 240 crianças dois turnos ou 120 em turno

integral e com capacidade para 120 crianças dois turnos ou 60 em tempo integral (BRASIL, 2018). Pode-se observar abaixo que há muitas obras canceladas nas escolas de educação infantil, creches e pré-escolas e poucas obras concluídas (Figura 3).

Figura 3: A escola de educação infantil em Porto Alegre



Fonte: Autora (2021) segundo dados do SIMEC

Nessa perspectiva de poucas vagas nas escolas públicas de educação infantil e na demora para a conclusão de obras destes espaços, as escolas conveniadas e privadas ganham mais alunos e famílias. Esse movimento retira dessas famílias a esperança no setor público e aumenta a desigualdade social no município, onde a educação serve ao capital e não às pessoas. Segundo Saviani (2017) “todos os problemas do mundo de hoje são problemas do capitalismo”.

As escolas privadas em Porto Alegre iniciaram sua história através de instituições religiosas, espaços dedicados à religião e à educação, a Escola de Educação Infantil São Francisco de Assis foi uma das primeiras creches para pobres deste município (SOUZA, 2016). Outras escolas nasceram com o intuito de suprir as demandas das famílias mais abastadas, cuidar e preparar a criança para o mercado de trabalho. E por último, há ainda as creches e pré-escolas que foram desenvolvidas para atender famílias que tinham necessidade de trabalhar

e não tinham onde deixar suas crianças, famílias com renda baixa e média, que tinham a escola como única rede de apoio.

Anteriormente não se tinha a preocupação sobre as aprendizagens das crianças dessa faixa etária de 0 a 5 anos, era exigido da escola somente cuidados em relação à higiene e integridade física. Com o passar do tempo, as escolas de educação infantil privadas foram se reinventando e desenvolvendo práticas que trouxessem à tona às aprendizagens e bonitezas da infância. Atualmente, as escolas de educação infantil são escolhidas com muito cuidado, pois há a preocupação de como serão esses primeiros anos de vida da criança e percebe-se que as famílias estão cientes de que o ambiente influencia no desenvolvimento destes anos.

Em Porto Alegre a oferta de E.I é regulamentada pelo Conselho Municipal de Educação, este conselho credencia e autoriza as instituições a atuarem como escola no município. Como a obrigatoriedade dos custeios da educação infantil é dos municípios, para que estes consigam financiar os gastos há a utilização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o FUNDEB. Na Constituição Federal de 1988 foi anexada a emenda número 108, de 26 de agosto de 2020:

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais (BRASIL, 2020).

Ainda há no município de Porto Alegre o Setor de Regularização dos Estabelecimentos de Educação Infantil (SEREEI), criado em 2001 para atender as instituições privadas de educação infantil. Segundo a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, este setor tem por objetivo a regularização, credenciamento e autorização de funcionamento das instituições privadas de educação infantil e atua junto ao Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre. Este setor ainda possui outras funções importantes como supervisão, orientação, fiscalização, além de acolher denúncias e encaminhá-las (PORTO ALEGRE).

Como pesquisadora e autora deste trabalho destaco que este setor não possui um site ou número de telefone exclusivos para tirar dúvidas e coletar informações, há somente um pequeno espaço no site da prefeitura de Porto

Alegre com um texto que explica o que é e qual a função do SEREEI. Não há informações sobre as escolas privadas neste mesmo site, ele possui apenas uma tabela com os nomes das escolas credenciadas, porém há escolas que não estão nesta tabela, dificultando uma coleta de dados precisa sobre as instituições privadas que oferecem a educação infantil. A ausência de um site exclusivo para a educação infantil em Porto Alegre e a desatualização dos dados presentes no site da prefeitura municipal torna a pesquisa sobre estas instituições difícil e induz a imprecisões.

As escolas privadas não recebem recursos financeiros do FUNDEB, elas são mantidas através das mensalidades que cobram das famílias e de uma mantenedora. As mantenedoras são entidades que possuem CNPJ, elas são cadastradas no Conselho Estadual de Educação, na Secretaria Municipal de Educação e nesta mesma secretaria são credenciadas para que as escolas que essas mantenedoras assumem possam estar em pleno funcionamento no município (PORTO ALEGRE, 1999). É importante destacar que não há um documento com a lista de todas as mantenedoras do município de Porto Alegre disponível publicamente, dito isto, não é possível identificar quantas mantenedoras atuam na rede escolar privada desta cidade.

O município conta com o Conselho Municipal da Educação (CME), a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e alguns sindicatos de professores, trabalhadores, mulheres, que atuam na cidade, sendo eles em âmbito municipal, estadual, representando instituições públicas e privadas. Esses sindicatos desempenham uma função importante ao representar escolas e professores em Porto Alegre em manifestações, reuniões e eventos. Porém, através deste trabalho verificou-se a falta de sindicatos e associações de escolas de educação infantil de Porto Alegre, nota-se na tabela abaixo a ausência da presença de escolas de E.I em sindicatos municipais exclusivos, estes não existem (Tabela 1).

TABELA 1: Os sindicatos que atuam em Porto Alegre

ORGÃO	ÂMBITO	ESCOLAS DE PORTO ALEGRE CADASTRADAS
SINDICRECHES - Sindicato Intermunicipal dos Estabelecimentos de Educação	ESTADUAL /PRIVADO	45

Infantil do Estado Rio Grande do Sul		
SINEPE/RS - Sindicato do Ensino Privado	ESTADUAL/PRIVADO	64
CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/ Sindicato	ESTADUAL/PÚBLICO	0
ATEMPA – Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre	MUNICIPAL/PÚBLICO	0
AEPEI RS – Associação das Escolas Privadas do RS	ESTADUAL/PRIVADO	?
Sinpro - RS – Sindicato dos Professores do Ensino Privado	ESTADUAL/PRIVADO	0

Fonte: Autora (2021) através dos sites de cada instituição.

A elaboração de uma articulação das escolas de educação infantil seria muito importante para a cidade de Porto Alegre, para as crianças e para as professoras. Uma união dessa etapa da educação básica poderia gerar uma troca de experiências e conhecimentos, estabelecendo um padrão de qualidade no ensino de crianças pequenas. Além disso, fortaleceria as professoras de educação infantil que muitas vezes são chamadas de tia e menosprezadas por professoras de outras etapas da educação. Um sindicato ou um outro tipo de órgão poderia concentrar dados das escolas do município e planejar estratégias, pedidos de mudanças, até um projeto de lei que beneficie a educação infantil enquanto direito das crianças.

2.3 A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A COVID-19

O ano de 2020 parecia comum, festas de Carnaval, férias com a família no litoral, o calor forte do verão, quando surgem os primeiros avisos ao governo federal e estadual sobre a existência de um vírus que levava as vítimas a óbito. Pouco tempo depois, a vida como era antes foi interrompida pelo primeiro fechamento dos estabelecimentos, tudo fechou de uma vez e o sentimento de toda a população foi de medo, angústia e temor. Ninguém sabia o que era o

inimigo e como enfrentá-lo, mas o clima era de guerra, todos trancados em casa esperando passar os piores momentos do lado de fora.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo estava diante de uma pandemia por Coronavírus e os primeiros movimentos dos países foram para suspender as atividades, pedir à população que ficasse em casa com a sua família e aguardasse novos pronunciamentos. Aqui no Brasil os profissionais da saúde, chamados durante a pandemia de “linha de frente” e os hospitais, não pararam de trabalhar durante a pandemia. Ainda no começo não se sabia muito sobre o vírus e a forma de contágio, a demora pela obrigatoriedade do uso de máscaras custou muitas vidas, em sua maioria dos profissionais de saúde, pois estavam lidando com dezenas de pessoas infectadas diariamente.

Outra instituição que também não parou de trabalhar foram as escolas. É verdade que um dos primeiros segmentos a fechar nos municípios brasileiros foram as escolas, porém o fechamento do espaço escolar não impediu que as professoras pudessem continuar com os processos de aprendizagens com suas turmas, agora de outras formas. A sociedade brasileira sentiu o peso da ausência da escola, depararam-se com demandas das crianças que antes não eram observáveis pela falta de tempo, notaram o pouco espaço dentro de suas casas para brincadeiras e precisaram elaborar novas rotinas dentro dos seus lares.

Em 2020 o projeto “A Educação Não Pode Esperar” foi realizado pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), junto ao Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), os Tribunais de Contas de 19 estados brasileiros e o município de São Paulo. Neste estudo de 232 redes escolares municipais, 82% estão oferecendo alguma estratégia para ensinar durante a pandemia, os 18% que não ofereciam alegavam a ausência de computador e de internet na maior parte das residências dos alunos. Neste caso as redes optaram por não oferecer a ninguém, pois o acesso seria muito restrito e desigual (SILVEIRA, 2020).

Essa pesquisa ainda traz três dados importantes, como o que foi ofertado durante a pandemia, as atividades que foram propostas e a periodicidade das ofertas. Durante o ano foram ofertadas ferramentas online e offline: Plataforma Google Classroom; atividades impressas para buscar na escola; Whats’App; rádio; TV aberta; Youtube; Facebook; pen drive com atividades e aulas gravadas. Nas atividades propostas, as professoras entrevistadas responderam que

usavam vídeos com histórias, jogos, brincadeiras, atividades que desenvolvessem as crianças motoramente, cognitivamente, afetivamente. Além destas elas propuseram compreender as noções básicas de letras e números, explorar os campos de experiência da BNCC a fim de estimular nas famílias a leitura de textos para suas crianças e o uso de desenhos, filmes, programas infantis etc. Como último dado deste estudo, cinco escolas ofereciam educação infantil, quatro delas ofertavam conteúdos semanalmente e uma ofertava diariamente (SILVEIRA, 2020).

A pandemia causada pelo novo Coronavírus modificou a ideia que tínhamos antes de preferências e direitos, na Constituição as crianças e os adolescentes merecem estar em primeiro lugar em relação aos cuidados e socorros, porém a doença COVID-19 afeta pessoas mais velhas e com comorbidades. O direito à educação e à escola não se equivalem ao direito à vida e à saúde nesse caso, pois estar em um ambiente coletivo enquanto um vírus que mata circula é pior do que ficar um ano sem frequentar a escola. O isolamento social adotado pelos estados brasileiros foi para a proteção das crianças e suas famílias, de forma alguma tentou punir ou excluir as crianças do ambiente social, todos deveriam estar em suas casas, não somente as crianças.

Estados, prefeituras, escolas e professores tentaram durante esse primeiro ano de 2020 estabelecer um vínculo com suas turmas e ensinar algum conteúdo pelas vias possíveis nos seus contextos, seja por vídeo chamada ou por folhas de atividades. Outra preferência que a pandemia modificou foi a utilização das telas, em 2019 o uso ou não uso de telas era opcional de cada família, porém o isolamento social fez com que a única forma de comunicação com o mundo exterior à residência fosse através das telas. Em relação a utilização de telas durante a infância, a Sociedade Brasileira de Pediatria recomenda:

- Evitar a exposição de crianças menores de dois anos às telas, sem necessidade (nem passivamente);
- Crianças com idade entre dois a cinco anos, limitar o tempo de telas ao máximo de uma hora por dia sempre com supervisão de pais/cuidadores/responsáveis (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019).

Muitos termos se tornaram populares no cotidiano brasileiro no ano de 2020, dentre eles estavam: síncrono, assíncrono, remoto, Ensino à Distância

(EaD) e *Homescholling*. Atividades ou aulas assíncronas são aquelas onde não há interação simultânea, o aluno não tem contato com os colegas e nem com os professores durante a aula, nas síncronas ocorre o oposto, todos podem interagir dentro da plataforma digital (QUINTAIROS; ELISE; VELLOSO, 2021). Remoto diz respeito ao local em que você está assistindo a aula, presencialmente ou remotamente, pode ser em casa, na rua, no shopping, com um celular é possível assistir uma aula de qualquer lugar.

O conceito de Ead é bem mais simples: professores e alunos que estão mediando seu conhecimento por meio de interação síncrona e/ou assíncrona em espaços e tempos distintos, com ou sem uso de artefatos digitais (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020).

Na pandemia de COVID-19 pode-se observar o aumento de cursos e ofertas de educação à distância, é notável que essa não é a melhor forma de aprendizagem, a educação presencial e em espaço físico coletivo é potente, forma pessoas com diversos atores sociais, porém a letalidade da doença causada pelo vírus é mais importante em uma crise sanitária. Outro termo muito famoso no ano de 2020 foi o *Homeschooling*, traduzido para o português como educação domiciliar, a escola em espaço domiciliar. Segundo KLINKO e CARVALHO (2021):

Assim, as atividades educativas, comumente planejadas por uma equipe pedagógica e conduzidas por professores dentro de uma instituição escolar, passam a ser dirigidas por pais ou responsáveis no espaço privado das casas (KLINKO; CARVALHO, 2021).

Geralmente, partidos políticos conservadores defendem o *Homeschooling* para que as crianças não sejam “doutrinadas pela escola”, ou seja, que a escola ensine conteúdos que a família julga que não são necessários. Educação sexual, aborto, legalização das drogas, Golpe Militar de 1964, a luta das minorias são alguns dos temas que políticos de direita interpretam como ideológicos, estes defendem que a escola seja neutra, ou melhor, sem partido. Porém, esses grupos querem continuar perpetuando seus valores conservadores, não há neutralidade nisso, há somente a retirada de uma educação para a emancipação das pessoas, pauta muito levantada por Paulo Freire, patrono da educação brasileira, constantemente alvo de notícias falsas destes mesmos conservadores.

Nenhuma das alternativas anteriores condiz com a educação brasileira na pandemia, a educação à distância é preparada e organizada para ser dada no contexto virtual. Já a educação domiciliar tem legislação própria e só pode acontecer em alguns casos específicos. Portanto, o ensino remoto que vem sendo praticado durante as suspensões das aulas é uma estratégia pedagógica que se assemelha ao ensino híbrido, não sendo considerado uma modalidade de educação (GROSSI, 2020).

Segundo KLINKO e CARVALHO (2021) é fato que o ensino à distância, mediado por telas, codificado por uma conexão de dados viabiliza que alguma comunicação se estabeleça. Essa mediação por telas foi necessária e em caráter emergencial, não foi menos trabalhoso para os professores, pelo contrário, houve muito mais demanda, pois agora o tempo livre era também destinado ao atendimento dos alunos, seja nas plataformas de estudo, seja no *WhatsApp* respondendo famílias e estudantes. Escolas e professoras do país inteiro estavam tentando bravamente não perder o vínculo com seus alunos e alunas, dentro deste período houveram muitas dificuldades e frustrações, mas também muitas descobertas e aprendizagens coletivas.

A primeira infância vai do nascimento aos seis anos de idade e as escolas de educação infantil acolhem crianças de quatro meses até os cinco anos. Durante o primeiro ano de pandemia, essas crianças provenientes da E.I ficaram mais do que uma hora na frente das telas, em algumas instituições havia aula assíncrona todos os dias durante sessenta minutos, fora o tempo em que a criança assistia desenhos animados na televisão. É importante destacar que as famílias estavam em casa desempenhando diversas funções, o trabalho veio para dentro do lar, por esse motivo as telas se tornaram um refúgio para o ócio dos pequenos.

Outro destaque importante a se fazer é que os familiares/responsáveis/cuidadores não têm formação para educar crianças, eles educam e criam seus filhos dentro de suas limitações, não possuem didática e não tem conhecimento sobre o que deve ser ensinado em cada faixa etária, ainda mais em modo remoto. Ao mesmo tempo, a educação de uma criança não é responsabilidade inteiramente da escola, é necessária a parceria entre a instituição e a família de cada estudante. Sobre o conhecimento da criança e suas implicações Avelino e Mendes (2020) ressaltam:

A construção do conhecimento da criança está relacionada principalmente ao meio que está inserida e quando essa convive em um lar desestruturado com agressões, drogas ou estupros, os educadores pouco têm a oferecer, exceto denunciar aos responsáveis, que infelizmente em muitos casos, são os próprios familiares. E diante desse contexto de isolamento social, estão diretamente expostos nesses ambientes hostis e com pouco apoio pedagógico (AVELINO e MENDES, 2020).

O papel dado à escola de educação infantil durante a pandemia ficou muito evidente, não é só um lugar para aprender, mas é um espaço para estar enquanto os adultos estão trabalhando. Na ausência deste espaço e da obrigatoriedade da permanência do emprego para os adultos, mesmo que de forma remota, cuidar e educar crianças pequenas fica cansativo e difícil. Para as crianças é muito difícil compreender que as pessoas estão ali, no mesmo ambiente que eles, mas estão trabalhando e não podem dar atenção.

Para poder contextualizar o tema da E.I na pandemia neste trabalho, busquei algumas experiências de professoras da educação infantil neste cenário de ausência do espaço escolar. A professora Diana Aguiar Salomão, residente da cidade de Fortaleza, escreveu um artigo sobre a sua atuação como professora de crianças pequenas de uma escola municipal durante a pandemia de COVID-19. Durante sua reflexão sobre sua própria prática durante o período de isolamento social Salomão (2021) chega a conclusão que:

Mediante a escuta atenta das potencialidades e necessidades de cada família, foi possível descobrir como elas estavam vivendo e o que estavam fazendo diante do momento pandêmico. Apoiada nesse conhecimento, percebi que não era possível sugerir propostas únicas e padronizadas para todas as famílias, pois não poderia desconsiderar a diversidade cultural, socioeconômica e emocional identificada nos contextos domésticos (SALOMÃO, 2021).

A professora Diana então destinou ligações, chamadas de vídeo e áudios pelo *WhatsApp* para manter uma relação de cuidado e criação de vínculo com estas famílias. Trabalhou com muito cuidado para não invadir os espaços de cada ator social como constata SALOMÃO (2021):

Sendo assim, constatei que, durante o período de suspensão das atividades presenciais da Educação Infantil, o mais importante era tentar trabalhar os valores e afetos de cada família, compartilhar mensagens que reforçassem o valor da vida, dos encontros, do olho no olho e do colo, deixando as crianças em seus lugares de filhos

e os membros das famílias em seus lugares de pais, responsáveis, avós, tios e irmãos (SALOMÃO, 2021).

Através do artigo da professora Diana é possível observar a ética e a afetividade envolvida no seu fazer docente, o compromisso com os principais objetivos da educação infantil e a noção de que conteúdos e atividades pedagógicas não eram o mais importante dentro da realidade desta comunidade escolar. É muito importante tanto para os estudantes, quanto para a academia, que professoras escrevam sobre suas experiências pedagógicas e sociais divulgando suas práticas para o mundo. A conclusão da professora explicita o quanto de vontade foi colocada nessas relações durante o isolamento, como concluiu SALOMÃO (2021):

Nessa direção, aprendi que não era possível transformar os lares em escolas, as crianças em alunos e os pais/responsáveis em professores, até porque nem todas as crianças tinham espaços amplos para explorar atividades de motricidade ampla, materiais, como papel, tesoura, canetinha, cola, tinta, dentre outros, necessários para explorar e experienciar atividades plásticas e também nem todas as crianças tinham sequer um adulto presente em condições emocionais, temporais e psicológicas para efetivar com elas o que seria proposto. Por isso, antes de sugerir qualquer proposta de interação e brincadeira para as famílias vivenciarem com as crianças, busquei entender que as relações estabelecidas em cada lar eram do âmbito privado e que precisava respeitar isso para não agir de forma hierárquica e com superioridade em relação às famílias (SALOMÃO, 2021).

Como escritora deste trabalho de conclusão de curso e professora dentro da casa de uma criança durante o ano de 2020 também versarei um pouco sobre esta experiência. Em 2020 fui convidada para trabalhar na casa de uma criança de 2 anos e meio de idade, seus pais estavam muito cansados e a criança estava muito estressada. A ideia dos pais para a minha entrada no contexto doméstico era de que eu criasse uma rotina com essa criança e o ajudasse em suas aprendizagens. Esta criança estava matriculada em uma escola de educação infantil desde os 10 meses de idade e quando foi decretado o fechamento das escolas a família decidiu que apoiaria a escola enquanto precisasse e não deixaria de pagar a mensalidade.

Durante meu período como professora sem o ambiente escolar e uma turma, construí uma relação de muito respeito e vínculo com o meu aluno, a rotina foi se estabelecendo de acordo com os desejos e demandas dele e aos

poucos os pais já não eram mais solicitados. Ao mesmo tempo, a escola dele mantinha contato oferecendo duas aulas por semana de 40 minutos pela plataforma Zoom, havia contações de história, elaboração de desenhos, desafios motores de educação física e a construção de alguns trabalhos como o presente do Dia das Mães e da Páscoa. Nesse período em que estive presencialmente com ele nas aulas remotas observei que o desejo de falar e ser ouvido era muito frequente, contar sobre o dia, mostrar os brinquedos para os colegas, ver o professor de referência animava muito esta criança e trazia para o ambiente doméstico novas ideias e diálogos.

Já em outra escola privada de Porto Alegre, esta de grande porte e que ofertava ensino fundamental e ensino médio, na qual pude fazer estágio curricular obrigatório da educação infantil, as aulas aconteciam todos os dias durante 40 minutos. A professora desta escola exigia um caderno de desenho para que as crianças colocassem a data e fizessem a atividade no espaço da folha, o planejamento destas atividades era feito através de uma lista de interesses que as crianças junto de suas famílias preenchiam na plataforma Google Sala de Aula. As crianças desta turma adoravam mostrar objetos do seu quarto e contar quando saíam para a rua para realizar alguma atividade, muitas vezes várias crianças falavam ao mesmo tempo e a professora intervinha para organizar a ordem de fala de cada um. Estas crianças aprendiam sobre a primeira letra do nome, sobre números, palavras, formas, espaços, brincadeiras não eram muito o foco destas aulas.

Em Mato Grosso do Sul na cidade de Bonito uma pesquisa sobre a educação infantil e a pandemia de COVID-19 também foi realizada, dessa vez pela professora Marcia Pires dos Santos com quatro professores e um coordenador pedagógico. Na pesquisa de Márcia, educadores expõe suas dificuldades e limitações na prática docente em isolamento social, DOS SANTOS (2020) afirma que:

A luta dos professores ainda continua sendo a de ter que mostrar para os pais que a Educação Infantil é tão importante quanto as outras etapas de ensino. Neste sentido, se a criança está em casa e não está se relacionando com outra criança, a família, o adulto que está próximo dela é importante nesse momento, considerando que ela precisa das interações com outras crianças, e também com o adulto (DOS SANTOS, 2020).

Na pesquisa de Márcia, percebe-se que os professores precisaram não só manter um vínculo com as crianças e as famílias, como explicar a importância da educação infantil e de algumas características da infância para os familiares. Nesta etapa não costuma-se dar muito suporte aos pequenos porque eles estão na escola e não trazem nenhuma brincadeira ou tarefa para fazer em casa, muitas crianças iam para a escola e na volta tomavam banho, jantavam e dormiam. Não há muito espaço no cotidiano corrido e capitalista dos adultos para brincar e inventar desafios dentro de casa, porém na pandemia de COVID-19 esse tempo e espaço foi aberto grosseiramente.

Direcionando-nos para o último estudo sobre experiências da educação infantil na pandemia de COVID-19, destaca-se uma pesquisa feita por professoras da rede privada no Rio de Janeiro que visa dividir com o mundo as reflexões e ações durante o ano letivo em isolamento. Elas precisaram de um momento de pausa para pensar, repensar, discutir entre a equipe sobre como seria possível manter uma relação com as crianças de respeito às suas particularidades e enquanto infância, após refletir muito chegaram ao que CERQUEIRA e colaboradores (2021) cita:

Por acreditarmos em uma Educação Infantil pautada nas interações e em práticas educativas intencionalmente voltadas para as experiências cotidianas, que nos dispusemos, nos primeiros meses, a gravar vídeos ou áudios e escrever bilhetes – ora para as turmas, ora para cada criança – na tentativa de, enquanto escola, nos mantermos próximos de nossa comunidade. Nesses vídeos, procuramos compartilhar vivências, mostrar atividades cotidianas, bem como provocar as crianças a interagirem conosco e a contarem as novas experiências vividas em suas casas (CERQUEIRA; GAMA; ZAMPIER, 2021).

Em respeito às especificidades das crianças no primeiro momento não houve a imposição de aulas online nesta escola, as decisões foram tomadas junto da comunidade escolar. Outra estratégia desta escola foi a divulgação de atividades lúdicas nas redes sociais da instituição com o intuito de auxiliar os cuidadores da criança (CERQUEIRA; GAMA; ZAMPIER, 2021). Observando que a reabertura não iria acontecer tão cedo, a escola organizou rodas virtuais para conversar com as crianças e as famílias sobre o cotidiano, descobertas e acontecimentos.

Dessas rodas virtuais surgiram muitas ideias, foram feitas leituras de livros que culminaram em propostas pedagógicas incríveis como uma maleta de

investigação e uma máquina do tempo. Através dessa máquina do tempo e da maleta começaram a investigar dinossauros, brincaram de paleontólogos, viajaram até um museu internacional e no final da aventura escreveram um livro coletivamente (CERQUEIRA; GAMA; ZAMPIER, 2021). Esta escola não estava animada com a ideia das aulas virtuais, mas através de muito diálogo com as crianças e suas famílias descobriu-se a infinidade de experiências que poderiam surgir do cotidiano das crianças. Nesta escola ficou evidente o compromisso com os objetivos e funções da educação infantil e a intencionalidade das propostas, a priorização da interação, da imaginação, das brincadeiras, do corpo brincante, da criatividade.

Durante a pandemia de COVID-19 não houve um padrão entre as escolas sobre o atendimento às crianças e suas famílias, cada escola se adaptou com as ferramentas que possuía. Por questões financeiras e burocráticas é evidente que escolas públicas tiveram mais dificuldades em manter o contato com os alunos, em algumas casas não havia internet, já em outras nem água tratada. As escolas privadas e de grande porte, que possuíam não só a educação infantil, conseguiram implementar plataformas digitais e aulas online rapidamente. A PUCRS por exemplo, não deixou de atender os seus alunos nem por uma semana, em poucos dias já tinha respostas para como as aulas continuariam de forma remota. O portal Lunetas entrevistou o professor Paulo Fochi para discutir sobre a reabertura das escolas, pandemia e educação infantil e aponta movimentos que as escolas fizeram:

No primeiro momento, a escola – assim como toda a sociedade – entrou em suspensão, porque acreditávamos que o fechamento não duraria 15 ou 20 dias. À medida em que entendemos que esta situação levaria mais tempo, acompanhamos diversos movimentos das escolas e dos conselhos de educação. As escolas “bancárias” fizeram uma “pedagogia-delivery”, exigindo entregas e medindo produtividade. Empresas de tecnologia desenvolveram soluções para criar métricas e mensurar o nível de atividade proposto nas aulas remotas a fim de planejar compensação de horas. Por um outro lado, muitas escolas ficaram em uma suspensão – quase isenção – em relação ao seu papel com a comunidade, sem nenhuma proposição de manutenção de vínculos e de participação na vida das crianças. Foram poucas as instituições que encontraram uma forma de estar com as crianças mantendo sua fidelidade com os pressupostos pedagógicos que orientam a Educação Infantil enquanto etapa da educação básica. Além disso, a preocupação do Conselho Nacional de Educação (CNE) inicialmente ficou muito centrada na equivalência de carga horária e dias letivos entre o período remoto e presencial. Essa “abordagem” me faz pensar o quão sintomático é a situação em que estamos agora com as escolhas que foram feitas lá no começo. Por isso acho que fazer um

balanço pode ser importante para nos ajudar a refazer as escolhas (Portal Lunetas, 2021).

Quando Fochi usa o termo “bancárias”, ele está fazendo referência ao conceito de educação bancária de Paulo Freire, que consiste em uma educação onde se transfere conhecimentos, tira de um e coloca no outro. Em uma educação bancária não há espaço para autonomia, para a criação, para novas aprendizagens, fatores que vão contra os objetivos da educação infantil. Portanto, essa reflexão trazida por Paulo Fochi é importante pois mostra que a visão de algumas escolas não se baseava na educação infantil e sua função, mas na produção, rendimento e produtividade. Além da diversidade de escolas, há a existência da diversidade de famílias, as que podem estar presentes durante as propostas pedagógicas e as que não podem estar, as que gostam destes momentos e as que não gostam.

Um recorte que deve ser feito aqui sobre os cuidadores/responsáveis/familiares é o recorte de gênero, as mulheres e principalmente mulheres mães sofreram mais com a pandemia causada pelo novo Coronavírus. Anteriormente à pandemia, as mulheres atribuíam mais horas do seu tempo para o cuidado dos filhos e/ou atividades domésticas em relação aos homens, exatamente 24,1 horas a mais do que seus parceiros, quando há parceiros (IBGE, 2019). Durante o isolamento social a desigualdade de gênero despencou, muitas mulheres perderam o emprego, um dos motivos foi o cuidado dos filhos na ausência de uma rede de apoio. A pesquisadora e mãe durante a pandemia, Anita Loureiro de Oliveira, escreve em seu estudo sobre a espacialidade aberta e relacional do lar, traz na sua escrita a dificuldade de produzir academicamente no contexto de isolamento social e conta sobre as dificuldades de encontrar dentro do mesmo ambiente (lar) vários outros ambientes e faz um apelo:

Reivindicar o direito de termos nosso próprio tempo-espço, em meio às urgências domésticas e afetivas, é uma afirmação política das mães que pretendem se livrar das imposições que envolvem a maternidade (OLIVEIRA, 2020).

A experiência de pandemia e isolamento social é inédita e modificou a vida de todas as pessoas, foi necessário reinventar o cotidiano e criar estratégias e rotinas dentro de um sistema capitalista que não deixava o mundo parar. Na

educação o discurso era “Lugar de Criança é na Escola”, na economia era “O Brasil vai quebrar” e na saúde “Fique em casa”. Há diversos protagonistas durante esse percurso que o país está percorrendo à duras penas, há motivos e ainda mais certezas sobre como a educação de crianças pequenas deve ser. No próximo capítulo abordarei sobre as manifestações durante o ano de 2020 para que as escolas de educação infantil fossem reabertas e discutirei sobre os protagonismos, discursos e certezas.

3 MANIFESTAÇÕES PELA REABERTURA DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Este capítulo é muito importante para este trabalho de conclusão de curso, nele abordarei as manifestações de diretoras, professoras, políticos e sindicatos do município de Porto Alegre. Ele se torna importante porque faz vir à tona o papel que a educação infantil e particularmente a educação privada vem desempenhando na sociedade sem muita reflexão. Há uma tríade que mantém uma relação, ela se forma pela família, criança e escola.

Na pandemia causada pelo novo coronavírus houve um estreitamento desta relação e alguns afastamentos também. Algumas famílias abriram suas portas para a escola e construíram uma rotina no dia-a-dia compartilhando a vida pessoal, expondo-se e assim se tornando mais do que professor, família e aluno, mas companheiros de pandemia. Já outras famílias decidiram desistir de manter uma relação com a escola e tentaram achar em si mesmas formas de se relacionarem e atuarem dentro de suas casas com suas crianças.

Em ambos os casos, o fator determinante foi como a escola se relacionava com as famílias antes da pandemia e como a escola se relacionou durante. A escola privada tem a particularidade de envolver o pagamento para que a educação seja desempenhada e durante uma crise econômica mundial este fator pesou muito na decisão das famílias. Algumas escolas que já possuíam um diálogo e uma partilha conseguiram fazer reuniões com as famílias, definir descontos, manter uma relação de parceria para enfrentar esse momento juntos. Outras escolas acabaram perdendo muitas famílias, conseqüentemente contratos e renda.

As escolas foram fechadas para que não houvesse propagação do vírus, por esse motivo os espaços escolares foram impedidos de desempenhar sua função, porém as professoras e as equipes pedagógicas não pararam de trabalhar. As crianças da educação infantil privada de Porto Alegre não estavam sozinhas em casa, havia um esforço das instituições em manter contato, enviar atividades, elaborar aulas remotas que desenvolviam brincadeiras e experiências significativas. Ao mesmo tempo, trabalhar em casa com filhos pequenos é muito difícil e dispor de tempo para auxiliar a sua criança nas atividades escolares se torna impossível para muitos indivíduos. Como um

ditado popular muito expresso na pandemia através das redes sociais maternas diz: “É preciso escolher nossas batalhas”.

Apesar deste trabalho envolver a tríade escola, aluno e família, as manifestações dispostas são somente das instituições escolares e de outros atores sociais. Como foram utilizados documentos onde as instituições se manifestaram, não há espaço e nem tempo para abordar as outras duas partes desta tríade. A fala de famílias e crianças não foram incluídas na escrita, o objetivo deste trabalho gira em torno das manifestações das escolas privadas de educação infantil, por esse motivo a voz e a vez são delas.

3.1 A VEZ E A VOZ DAS ESCOLAS PRIVADAS INFANTIS

Para a elaboração deste capítulo coletei dados nos documentos, notícias e reportagens sobre as manifestações pela reabertura das escolas de educação infantil em Porto Alegre, todos os materiais são públicos e estão disponíveis na internet. Na seleção optei pelo ano de 2020, primeiro ano da pandemia de COVID-19, que em sua maior parte do tempo teve as escolas fechadas. Como já apontado nos objetivos deste trabalho, me concentrei em quatro categorias nas manifestações, são elas: Reclamações; Preocupações; Expectativas; Definições/Funções da escola de educação infantil e escola.

Estas quatro categorias foram extraídas dos documentos e informações públicas, nos discursos, nas manifestações, sejam elas escritas ou orais. Por ser uma pesquisa descritiva exploratória, meu intuito foi descobrir quais foram as reclamações de quem pedia a reabertura das escolas infantis de Porto Alegre, quais eram as suas preocupações, suas expectativas, como definiam a escola de educação infantil, a funcionalidade do espaço escolar. Documentos e outros materiais que não possuíam algumas destas categorias foram descartados, assim como aqueles que não estavam dentro do tempo estipulado por mim, o ano de 2020.

Como resultado da coleta de dados e primeira análise documental com leitura e busca pelas categorias, nove materiais foram selecionados. Foram priorizados textos que continham as manifestações de mais de uma pessoa e principalmente de agentes das escolas privadas de educação infantil de Porto Alegre. Para organizar as fontes dos dados e os dados em si, elaborei tabelas

contendo os links de todos os materiais para ser de fácil acesso aos leitores deste trabalho, inserindo-a em apêndice. A seguir apresento a categoria Reclamações, a primeira das quatro em que este capítulo foi construído.

3.2 RECLAMAÇÕES

A primeira categoria de análise se chama "Reclamações", ela diz respeito ao que os manifestantes não estão gostando, ao que consideram que estava prejudicando-os. Nesta categoria cinco temáticas centralizam os discursos: Financeiro; Equivalência de setores; Prejuízo para as crianças; Gestão municipal; Gestão municipal frente aos protocolos da COVID-19. Das cinco temáticas, o "Financeiro" foi o maior motivo de reclamações nas manifestações coletadas neste trabalho. As escolas privadas de educação infantil são empresas e por esse motivo são legalmente obrigadas a seguir o Código do Consumidor, que determina normas para proteção e defesa dos consumidores. Segundo a Lei 8.078 de 1990: consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza um produto ou serviço como destinatário final (BRASIL, 1990).

Portanto, famílias que possuem contratos com empresas de educação infantil são consumidoras e as escolas estão vendendo um produto: a educação das crianças. Pensando por esta ótica, as reclamações financeiras são as mais difíceis de lidar em um momento de pandemia e crise financeira no mundo inteiro, mas principalmente no Brasil, país que já vinha sofrendo com números baixos de crescimento. Durante o ano de 2020, muitos contratos escolares foram encerrados, descontos na mensalidade foram pedidos, houveram muitas crianças que saíram da escola e por conta desses motivos muitas instituições fecharam.

O fechamento das escolas foi uma reclamação frequente, por lei a obrigatoriedade da matrícula em uma instituição escolar começa aos quatro anos de idade, porém a educação infantil atende crianças a partir de quatro meses de vida. Muitas famílias que tinham filhos menores de quatro anos matriculados em instituições privadas cancelaram os contratos, diminuindo muito o número de crianças matriculadas nas escolas infantis. Um levantamento do Sindicato das Creches do Rio Grande do Sul aponta que houve uma queda de 48 mil matrículas durante a pandemia (SOARES e HARTMANN, 2020).

A questão financeira dificultou a continuidade de muitas crianças e suas famílias nas instituições escolares, ao mesmo tempo, algumas estratégias foram criadas para diminuir os efeitos negativos da pandemia. Férias foram oferecidas aos funcionários, diminuição da carga horária, uma parte do salário financiada pelo governo federal, desconto para os pais na mensalidade, aulas remotas, kits com atividades para serem retirados na escola. Escolas que já possuíam facilidade de conversar com as famílias conseguiram reverter muitos cancelamentos de contrato e evitar mais perdas de rendimento. Professoras e equipes pedagógicas trabalharam muito em 2020 para ofertar aulas interativas e formas de continuar o contato com as famílias, o espaço escolar foi fechado em 2020, mas a educação não parou.

Outra temática encontrada na categoria “Reclamações” foi a “Equivalência de setores”, com esse termo eu quero dizer que muitas pessoas em Porto Alegre estavam pedindo a reabertura das escolas baseando-se na abertura de outros setores, como se a escola fosse igual ao comércio, aos eventos, aos parques municipais. Se o comércio estava abrindo a escola deveria abrir também, se as pessoas estavam aglomerando nos parques a escola deveria abrir também. Essa equivalência simplista não traz a ideia de educação como direito, mas sim do espaço escolar como serviço, como um lugar a funcionar assim como todos os outros estão funcionando. Esse fator bate com uma ideia trazida por mim no início deste trabalho, a cidade tem poucos ambientes para as crianças, em sua maioria a escola é o único espaço exclusivo para os pequenos. Na retirada deste espaço como opção para as famílias há uma revolta por parte de uma parcela da população, trabalhar em um espaço sem crianças se tornou uma demanda para muitos e assistir outros espaços abrindo suas portas causou manifestações pela reabertura.

A sociedade não está mais acostumada a ficar com os seus filhos em casa, estão acostumados com a presença da creche, da escola ou de uma babá. Suas rotinas, carreiras e jornadas de trabalho estão alinhadas de acordo com os horários da escola, uma parte do tempo onde os filhos não estarão junto e poderá ser exercida a individualidade do adulto. Nesta pandemia a individualidade das famílias que possuíam crianças e adolescentes em casa foi atravessada por demandas destes dois grupos. Demandas estas que exigiam a presença física e emocional dos adultos, o que foi se tornando desgastante para muitos.

Ao passo que alguns setores estavam retornando aos poucos, famílias começaram a exigir mais veementemente a reabertura das escolas para poder trabalhar. Diante disso, houve um movimento para pedir que a educação infantil privada se tornasse um serviço essencial, ou seja, que pudesse funcionar independente dos números de casos de vítimas internadas por COVID-19 no município. Nota-se que o pedido foi exclusivo para a educação infantil privada e não para toda a educação infantil, excluindo uma parte considerável da população que também trabalha e tem seus filhos matriculados no município das decisões de levar ou não levar para a escola.

Uma das temáticas menos levantadas em 2020 nas “Reclamações” dentro dos discursos foram os “Prejuízos para as crianças”. Dentro desta temática foi levantada a questão da presença física do professor como um fator que atrapalha a aprendizagem quando esta não existe. Em relação às crianças pequenas, o contato com a professora faz muita diferença, a educação infantil é uma etapa onde o vínculo e o cuidado são estruturantes. Crianças pequenas em sua maioria não conseguem ficar na frente do computador assistindo uma aula no Zoom, é muito difícil e não é recomendado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, como já mencionei neste trabalho.

Porém, a proximidade e o cuidado eram prejudiciais à saúde dos educadores e das demais crianças, não havia vacinação no ano de 2020, o Brasil ainda estava se adequando ao uso de máscaras e pesquisando qual tipo de proteção facial era mais eficaz na prevenção da contaminação pelo coronavírus. Naquele ano a educação remota era a única forma de manter o contato com os alunos e não perder o vínculo com as pessoas desta tríade. Essa mudança de espaços modificou a forma com que as famílias estavam se relacionando com as escolas, o educador se tornou uma pessoa muito mais importante no isolamento social e muitos pais e mães aprenderam mais sobre o desenvolvimento das crianças neste período.

Outro ponto dentro dos “Prejuízos” é a “Falta de prioridades frente às políticas”, a educação infantil não foi uma das primeiras pautas a ser discutida pelos parlamentares do município. A educação em si nunca é colocada no centro das discussões, fala-se em economia, investimentos, um corte no salário dos professores, um corte na verba da educação, uma obra de creche inacabada e assim a educação segue lentamente resistindo. Talvez seja novidade para as instituições privadas a falta de prioridade da educação na política, mas para as

escolas públicas essa é uma realidade há muitos anos. Nota-se pela postura do prefeito de Porto Alegre nessa época, Nelson Marchezzan, ao encerrar os contratos com as creches conveniadas em 2020, pensando no serviço que não estava sendo prestado e se esquecendo de toda a rede escolar que se beneficiava com a renda vinda do município.

Para finalizar esta temática, a “Informalidade de lugares clandestinos” se mostrou presente nas reclamações sobre os “Prejuízos para as crianças”. Com o fechamento das escolas e a recomendação de isolamento nos núcleos familiares que dividiam uma moradia juntos, algumas famílias ficaram sem ter onde deixar as crianças para trabalhar presencialmente. Espaços informais como casa de vizinhos, de familiares e de pessoas que cuidam de crianças se tornaram alternativas rápidas e fáceis. Estes lugares são informais pois não precisam seguir todos os critérios obrigatórios que determinam o funcionamento de uma escola, não precisam ter professores formados, telas de proteção, salas adaptadas às faixas etárias das crianças, só precisam de uma pessoa que possa ficar com a criança até o horário que o familiar venha buscar. O fato de não seguirem as regras estipuladas torna esses espaços clandestinos, se uma escola que possui todos os espaços preparados não pode funcionar durante uma pandemia porque a casa da vizinha pode?

Esta é uma discussão complicada, não se pode julgar os pais por deixar seus filhos em um espaço não-seguro por causa da demanda do trabalho na ausência da escola. Ao mesmo tempo, a utilização desses espaços clandestinos não pode ser determinante para a reabertura das escolas, não é uma competição, são vidas! É notável o descontentamento das escolas privadas ao verem espaços clandestinos funcionando sem cumprir nenhuma legislação, perdendo contratos e matrículas porque alguns pais não conseguem pagar a escola do filho e mais a pessoa que está cuidando dele neste momento de isolamento. É como se o passado não fosse tão distante e a existência dos lugares chamados “cuida-se” não causasse tanto estranhamento ou surpresa.

O que não é uma surpresa são as “Reclamações” sobre a “Gestão Municipal”, todos os governos recebem diversas reclamações e durante uma pandemia não seria diferente. Um dos motivos foi a “Demora para a organização da educação no município”, houve o fechamento das escolas em março e só no mês de abril foi determinado o uso da plataforma Cortex para as aulas online (PORTO ALEGRE, 2020). Essa “Determinação sem diálogo” também foi uma

das reclamações, não houve um levantamento prévio para verificar se os estudantes possuíam internet em casa e aparelhos eletrônicos. Os custos com internet e computador não foram subsidiados pela prefeitura, tampouco a sala de informática da escola foi cedida para os alunos que não possuíam ferramentas para as aulas online em casa.

Como última reclamação sobre a “Gestão municipal” há a “Falta de ação municipal diante das escolas privadas”, ou seja, as escolas não receberam ajuda financeira da prefeitura. Não houve abertura de créditos ou alguma espécie de perdão fiscal, estas instituições foram tratadas como empresas e como empresas deveriam resolver sua questão financeira com os bancos. Diante deste cenário muitas escolas fecharam, reduziram salários, demitiram uma boa parcela da sua equipe gerando desemprego e instabilidade.

Para encerrar a categoria “Reclamações” trago uma temática semelhante a anterior, porém com foco na pandemia, “Gestão municipal frente aos protocolos da COVID-19”. Nesta temática surgiram muitas reclamações, uma delas foi a inexistência de um COE municipal, um Centro de Operações de Emergências da Saúde, para elaborar protocolos e estratégias no combate ao coronavírus na cidade de Porto Alegre. O COE só foi instituído em maio de 2021, no segundo ano de pandemia, em um período onde uma grande parte da população já havia sido vacinada contra a COVID-19. Provavelmente se a criação deste comitê fosse no ano de 2020 as decisões e as datas de retorno seriam diferentes.

As ausências continuaram, inclusive a “Ausência de estudo sobre funcionários do grupo de risco da rede municipal”. Não houve um levantamento por parte da prefeitura sobre os trabalhadores das escolas que possuíam comorbidades, que poderiam ter a doença agravada devido aos problemas de saúde já existentes. Esse estudo teve que ser feito por cada escola individualmente na esperança de preservar seus funcionários (PORTO ALEGRE, 2020).

Além da ausência de estudos, a “Desobrigação do uso de máscaras para crianças de até 12 anos” foi mais uma das imposições sem diálogo do município. Não houve um estudo científico apresentado para justificar esta decisão, crianças transmitem a doença e se contaminam por ela. O viés dessa decisão pode ter sido financeiro, afinal a partir do momento que se impõe a utilização de

máscaras para a educação pública, é necessário que alguém arque com esses gastos, nesse caso a prefeitura teria que arcar.

Apesar desta decisão para as crianças, com os funcionários da rede municipal foi diferente, determinou-se o uso de máscaras cirúrgicas sem que discriminasse a pessoa que deveria pagar por este gasto. É um gasto, as máscaras cirúrgicas aumentaram de forma exorbitante durante o ano de 2020, a demanda por essas máscaras foi e ainda é muito grande. Exigir que os funcionários tirem dos seus rendimentos uma parte para comprar máscaras é desrespeitoso, como se eles precisassem pagar para trabalhar. Ao mesmo tempo, a utilização de máscaras em ambientes fechados é obrigatória, existem protocolos nestes espaços que precisam ser seguidos para proteger a saúde de todos.

Por último, destaco mais duas reclamações sobre a “Gestão municipal frente aos protocolos de COVID-19”, “Calendário imposto sem discussão com comunidades escolares” e “Falta de informação sobre como proceder com os grupos de risco na escola”. O calendário escolar para a volta das aulas foi decidido sem verificar se as escolas estavam prontas para esse movimento, essa imposição levou os trabalhadores da educação a entrarem em estado de greve, pois não concordavam que era a hora da retomada devido ao estado sanitário do município. 65 conselhos municipais de Porto Alegre se manifestaram em uma nota contra este calendário, alertando sobre a falta de diálogo e de pesquisa sobre as comunidades escolares (PORTO ALEGRE, 2020). Ainda nesta nota, a “Falta de informações sobre como proceder com os grupos de riscos na volta às aulas” foi muito preocupante. Os grupos de risco precisavam ficar em casa? Era necessário ter um atendimento especial na sala de aula? Nada se sabia frente a esse assunto na esfera do município, já a nível estadual era orientado que os grupos de risco permanecessem em casa.

3.3 PREOCUPAÇÕES

A segunda categoria trata das “Preocupações” dos manifestantes diante da pandemia e da ausência dos espaços físicos escolares para as crianças da educação infantil. Dessa categoria surgiram seis temáticas: Financeiro; Suporte às famílias; Equivalência de setores; Prejuízo para as crianças; Gestão

municipal; Vidas. A primeira temática diz respeito ao “Financeiro”, a parte econômica envolvida nos discursos compostos por reclamações, assim como nas “Reclamações” esta é uma temática constante neste trabalho. Desta categoria surgiram pontos já levantados, as “Demissões dos trabalhadores escolares” e o “Fechamento das escolas”.

É importante analisar que em um discurso na Plenária Virtual municipal realizada em 13/08/2020, foram utilizadas palavras empresariais para falar sobre demissões e fechamento de escolas, “CNPJs e CPFs demitidos”. Os CPFs dizem respeito a pessoas, pessoas que trabalham em escolas que estão sendo demitidas por causa do isolamento social e CNPJs se referem a empresas, instituições escolares privadas que são empresas e estão fechando devido à crise econômica que veio junto com a pandemia de COVID-19. É curioso utilizar este tipo de linguagem quando se trata de pessoas, o CPF é um número que todo cidadão tem para exercer seus direitos no Brasil a partir de determinada idade, é um fator comum, porém reduzir trabalhadores à CPFs mostra a que ponto chegamos numa sociedade capitalista. Uma curiosidade é que esse tipo de linguagem é utilizada quando algum criminoso é assassinado pela polícia, utilizam a seguinte frase nos discursos populares: “CPF cancelado”.

A segunda temática se chama “Suporte às famílias”, foram preocupações referentes às necessidades das famílias, com o intuito de dar suporte a elas nesse momento de crise. Desta temática surgiram dois pontos, “Famílias precisam trabalhar” e “Famílias não têm onde deixar seus filhos”, é importante destacar que estamos falando de escolas privadas de educação infantil, não estamos falando de escolas públicas. Uma das primeiras manifestações na frente da prefeitura pedindo a reabertura das escolas privadas de educação infantil aconteceu no dia 25 de maio de 2020, manifestantes carregam um cartaz escrito “Para a família trabalhar as escolas infantis privadas precisam voltar” (Figura 4).



Fonte: G1, Globo (2020)

Este cartaz traz nitidamente a motivação destas escolas particulares, atender às famílias que necessitam trabalhar, oferecer um espaço para a criança permanecer enquanto os adultos responsáveis trabalham, atribuir às suas empresas o papel de viabilizar o emprego das famílias na pandemia. Não é uma preocupação com a educação das crianças pequenas do município de Porto Alegre, mas sim uma preocupação com a demanda das famílias por um lugar onde possam deixar a criança. É explícito no cartaz que o pedido de reabertura é para as escolas privadas, para as famílias das escolas privadas poderem trabalhar, mas e o resto da população escolar? As escolas municipais que não atendem famílias e crianças pequenas? Essa não pareceu ser uma preocupação das escolas particulares envolvidas nessa manifestação.

As famílias modernas se estruturaram tendo a escola como rede de apoio, contando com ela para dar suporte na criação dos seus filhos, muitas vezes a criança possui a avó como cuidadora na ausência dos pais, em alguns casos é a mãe a única cuidadora. Nesse sentido, as casas das famílias não são equipadas para a permanência de uma criança o dia inteiro durante uma semana inteira, diversos lares não possuem pátio ou área externa para brincar e os pequenos precisam ir até a escola ou até uma praça para poderem se divertir. Na pandemia os pais se encontraram em uma situação muito difícil, não tinham para onde levar os seus filhos, o indicado pelo governo estadual era que as pessoas que pudessem trabalhar de casa ficassem em casa, portanto os adultos tinham que ficar em casa produzindo enquanto cuidavam dos seus filhos.

Essa é uma realidade nova para muitas famílias, porém para as outras é muito comum, mães solo por exemplo vivem equilibrando seu trabalho com o

cuidado dos filhos, famílias que não conseguem vagas na creche também. O fato é que famílias abastadas não estavam acostumadas com esta realidade, com a presença dos filhos na maior parte do dia e a exigência de atenção o tempo todo. Essas pessoas sempre tiveram acesso ao cuidado terceirizado, contratando babás, levando o filho para a escola mesmo sem ser obrigatório antes dos quatro anos, o dinheiro delas comprava uma rede de apoio.

Durante o isolamento social houve um desespero, as crianças queriam brincar, sair, existir normalmente e não era recomendado sair de casa, famílias entraram em crise e muitas contrataram babás e professoras. A problemática é que os setores do município de Porto Alegre estavam voltando sem a chegada de uma vacina, havia pressão dos donos de negócios para que pudessem abrir suas empresas. Lugares estavam abrindo não pela situação sanitária estabilizada, mas pela pressão do capitalismo, das empresas, do dinheiro. Nesse ponto a educação não é comercializável, as escolas só deveriam abrir quando houvesse uma situação de saúde pública benéfica para isso. Então a lógica de abrir a escola porque outro setor está abrindo é equivocada, nenhum setor deveria abrir até que fosse seguro para todos, não é um resfriado, é uma doença que mata pessoas.

Esse assunto acaba se interligando com a próxima temática, ela já pareceu na primeira categoria e reaparece na categoria “Preocupações”, é a “Equivalência de setores”. Nessa temática três pontos foram levantados: “Foi um dos primeiros a fechar e pode ser o último a abrir”; “É hora da retomada e de aprender a viver com o vírus, já foi suportado o que dava”; “Protocolei uma PL para tornar a educação infantil privada um serviço essencial”. Em ambos os discursos a urgência do tempo é frequente, o tempo em que as escolas ficaram fechadas e vão continuar fechadas é uma preocupação para os manifestantes.

Como já levantado neste capítulo, a lógica de abrir um setor porque outro está abrindo é equivocada, forçar as pessoas a trabalharem sem segurança nenhuma é irresponsabilidade e é principalmente colocar o peso nas costas do trabalhador de escolher se expor ao vírus e trabalhar ou ficar em casa protegido e ser demitido.

Aprender a viver com o vírus é não se importar se algumas pessoas vão ficar doentes ou morrer, nessa linha de pensamento o fluxo do mercado precisa se movimentar e o estado de saúde dos trabalhadores é irrelevante. No ano de 2020 serviços foram considerados essenciais e por esse motivo permitido o

funcionamento, hospitais, farmácias e mercados são exemplos de serviços essenciais na pandemia. Serviços que precisavam funcionar para manter a população assistida minimamente frente uma crise de saúde pública.

O último ponto desta temática é justamente o “Protocolo de um Projeto de Lei (PL) para tornar a educação infantil privada um serviço essencial”, ou seja, fazer com que independente de crise sanitária estas escolas possam funcionar. A autora desse PL se chama Cláudia Araújo, ela é formada em Gestão Pública e atualmente é vereadora de Porto Alegre pelo Partido Social Democrático (PSD). Cláudia deixa bem claro em seu PL quais são as motivações para fazer este pedido, evitar o fechamento das escolas privadas, ou seja, proteção das empresas privadas. Segundo o Projeto de Lei de Araújo (2020):

Art. 1º Ficam estabelecidas como essenciais as atividades realizadas por escolas privadas de educação infantil, sendo vedado o fechamento total desses locais e assegurado o seu livre exercício quanto à continuidade de prestação dos serviços, com o devido respeito aos protocolos sanitários, durante os períodos em que forem decretados estados de emergência e de calamidade pública no Município de Porto Alegre (ARAÚJO, 2020).

A preocupação de Cláudia Araújo é que as escolas privadas fechem, que os empresários percam seus negócios e por isso sanciona um PL que proíbe o fechamento destas escolas independente da situação sanitária no município. Ela equivale às escolas privadas infantis a outros serviços essenciais como hospitais, farmácias e mercados. Se esse debate fosse genuinamente pensando nas crianças e no desenvolvimento delas, o PL seria para toda a educação infantil, não somente para a rede privada. Não é na rede privada onde crianças passam fome na ausência da escola, não é na rede privada onde o aluno só tem acesso a livros na escola, é na escola pública. Mais uma vez Saviani corrobora com os dados deste trabalho, os problemas do mundo são problemas do capitalismo (SAVIANI, 2017).

A próxima temática das Preocupações são os “Prejuízos para as crianças”, dentro desta temática surgiram quatro pontos: Perdas no processo de aprendizagem; Existência de lugares clandestinos popularmente chamados de cuida-se; Déficit cognitivo devido à falta de estimulação; As crianças irão para onde se as escolas privadas fecharem? O primeiro ponto fala sobre prejuízos na

aprendizagem, este é um assunto delicado pois estamos falando da educação infantil, não há competências e habilidades a cumprir no currículo da E.I, com crianças pequenas são cobrados os Campos de Experiências. Portanto, não há dados sobre a aprendizagem através de experiências neste período de isolamento pesquisadas e divulgadas, algumas pesquisas levantam questões emocionais, comportamentais, porém sobre a aprendizagem não há uma pesquisa ainda.

É importante ressaltar a dificuldade de se fazer um trabalho que vise identificar se houve danos na aprendizagem de crianças pequenas em um momento de pandemia. Não existem provas na educação infantil, não há como avaliar como se avaliava presencialmente ao enxergar a criança experienciando as atividades, descobrindo a si e ao outro. Daqui alguns anos poderá se afirmar com dados seguros se houve perdas de aprendizagem na educação infantil, o quão prejudicial foi para a aprendizagem nesta faixa etária a falta do espaço escolar. Novamente destaco que os espaços físicos escolares estavam fechados, mas as escolas se reinventaram com aulas online, sacolas de atividades para serem buscadas na escola, entre outras estratégias.

Um ponto levantado pelo Governador Eduardo Leite em uma entrevista se assemelha a este assunto trazido no parágrafo anterior, Leite afirma “houve déficit cognitivo devido à falta de estimulação” (SCUR, 2020). Essa afirmação não possui base científica, não provém de nenhuma pesquisa no Rio Grande do Sul e divulgar uma frase assim publicamente é muito perigoso. Esse tipo de discurso faz com que famílias fiquem muito preocupadas com a saúde dos seus filhos, vindo da autoridade máxima do estado é muito pior e acaba substituindo um medo pelo outro, o medo do vírus pelo medo do filho ter problemas cognitivos.

As crianças não estavam sozinhas em casa, elas estavam com suas famílias, seus brinquedos, seus livros, algumas acompanhando as atividades online, outras fazendo atividades com seus familiares. Afirmar que não houve estimulação neste período de pandemia pressupõe que nem a família, nem a escola estavam interessados no desenvolvimento da criança, que ela esteve parada assistindo o tempo passar durante todo este período. Elas aprenderam muito sobre o mundo, sobre o vírus, cuidados de higiene, sobre a importância de combinações e regras, do quanto é bom ver os amigos, familiares e estar ao ar livre brincando.

Uma pesquisa da FIOCRUZ atribui a insegurança alimentar ao déficit cognitivo, porém estamos falando de crianças vindas da escola privada, estas crianças têm acesso à alimentação de qualidade (FIOCRUZ, 2020). Esta pesquisa denomina os efeitos na infância que não dizem respeito a questões de saúde da criança como efeitos indiretos e cita como um deles “prejuízos no ensino, na socialização e no desenvolvimento” (FIOCRUZ, 2020). O ensino foi prejudicado pois houve a implementação de aulas online e muitas crianças não conseguiram se adaptar, bebês por exemplo não são um grupo que poderia assistir às aulas no computador. A socialização e o desenvolvimento também foram impactados, na escola as crianças existem através da socialização, se desenvolvem na sua relação com o ambiente e com o outro.

Os dois últimos pontos da temática dos “Prejuízos” têm relação com a preocupação do espaço que a criança vai ocupar na ausência da escola, novamente a “Existência de lugares clandestinos” e o segundo ponto a seguinte pergunta “As crianças irão para onde se as escolas privadas fecharem?”. A questão dos lugares clandestinos já foi discutida neste capítulo, portanto darei espaço para a pergunta de uma diretora durante uma reportagem na emissora RBS disponível na Globoplay, onde ela aborda a realidade das escolas privadas infantis durante o isolamento social e o fechamento das escolas. Além do panorama sobre fechamentos e demissões, a diretora se pergunta e pergunta ao público:

Daqui a pouco essas crianças vão ir para onde? Se as escolas infantis particulares fecharem isso vai ser mais um problema para a educação pública, que já está tão prejudicada (GLOBOPLAY, 2020).

A pergunta desta diretora carrega uma preocupação com as crianças, mas também traz uma espécie de sarcasmo, ela completa a pergunta falando que a escola pública já possui muitos problemas. Ou seja, há uma afirmação de que a escola pública não acomodaria estas crianças, que ela é problemática e que para não causar uma crise neste setor as escolas privadas não podem fechar. É doloroso ouvir esta crítica, dói porque é uma afirmação correta, o município de Porto Alegre não tem infraestrutura para atender todas as crianças da educação infantil. A demanda por vagas na creche e obras inacabadas é muito grande, porém não se pode colocar as escolas privadas como uma instituição que faz favores, ela cobra por esse serviço e o preço não é barato.

Apesar de muitas instituições privadas se manifestarem a favor da reabertura das escolas, algumas se manifestaram contra e os motivos trazidos por estas escolas caracterizam a última temática da categoria "Preocupações", essa temática foi denominada "Vidas". As preocupações vindas desta temática mostram o quanto a morte era uma certeza diante desta doença para muitas pessoas. Um dos pontos levantados foi a "Preocupação com a vida das crianças", com o fato de que se fossem acometidas pela doença COVID-19 pudessem vir a óbito. Esta é uma preocupação legítima, segundo uma matéria do jornal Zero Hora oito crianças vieram a óbito no Rio Grande do Sul no ano de 2020 (GONZATTO, 2021).

A reabertura das escolas pressupõe que as medidas sanitárias como uso de máscaras e distanciamento serão adotadas, porém as máscaras só são obrigatórias a partir de 12 anos no município de Porto Alegre. Crianças se abraçam, trocam brinquedos e gostam de contato, é muito difícil manter um distanciamento social efetivo nessa etapa da educação básica. Outro ponto desta temática foi a frase expressa por alguns diretores, "nos preocupamos com o valor da vida", nesse sentido não é o dinheiro o centro da discussão, mas a vida de todos envolvidos em uma reabertura escolar.

A vida não tem preço, não pode ser comprada ou vendida. Colocar os negócios na frente das vidas é o auge do capitalismo, o dinheiro precisa continuar circulando independente de quantas pessoas morrerem no processo. Na pandemia a desigualdade que este modo de viver em sociedade causou ficou explícito, os mais pobres morrendo e os mais ricos enriquecendo. O último ponto da temática Vidas é a preocupação com a culpabilização pela morte ou adoecimento, em uma nota os Conselhos Municipais de Porto Alegre se pronunciaram dizendo "Não nos responsabilizaremos pela perda de vidas ou consequência para a saúde de nossas comunidades" (PORTO ALEGRE, 2020). Essa postura assume os riscos que uma reabertura sem vacina possui e impõe que a responsabilidade pelos danos é toda do poder público ao viabilizar o retorno das aulas sem segurança sanitária para isso.

3.4 EXPECTATIVAS

A terceira categoria deste trabalho contempla as “Expectativas” dos manifestantes, quais eram as suas expectativas sobre a reabertura das escolas, o que esperavam desta reabertura. Desta categoria emergiram três temáticas; Ação direta: reabrir as escolas; Diálogo para reabrir as escolas; Solicitações para segurança na reabertura. Estas três temáticas parecem parte de um processo, primeiro se dialoga, segundo faz-se solicitações e por último a ação direta baseada nessas duas primeiras etapas, porém essas temáticas não estão em ordem e diversas pessoas têm expectativas diferentes ao mesmo tempo.

A primeira temática nomeei como “Ação direta: reabrir as escolas”, dei este nome porque através das manifestações ficou claro que reabrir as escolas logo era a expectativa mais urgente, nesse viés não havia a exigência de um diálogo, mas de uma ação direta, a reabertura das escolas. Nesta temática cinco pontos puderam ser identificados: Prefeitura deliberar a reabertura das escolas; Reabertura das escolas privadas; Retomada do ensino; Retorno das aulas da educação infantil; Reabertura das escolas como opção para as famílias que realmente precisam. Para entender um pouco dessas expectativas é necessário citar a forma como o estado do Rio Grande do Sul estava gerenciando a pandemia.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul adotou um modelo de distanciamento controlado, dividiu as cidades por regiões e definiu os estágios de controle através de quatro bandeiras: bandeira amarela, laranja, vermelha e preta. A bandeira amarela determinava protocolos mais simples, com menos restrições e as demais iam impondo mais dificuldades e mais restrições. Segundo o governo do estado do Rio Grande do Sul (2020):

Para definir a cor da bandeira, foram definidos dois grandes grupos de medidores: propagação e capacidade de atendimento. Cada um deles tem peso de 50% para a definição das bandeiras. No total, serão acompanhados 11 indicadores.

As escolas privadas de educação infantil só poderiam abrir quando fosse divulgada a bandeira laranja, nas bandeiras preta e vermelha era estritamente proibida a reabertura devido à quantidade de leitos de UTI ocupados nos hospitais e quantidade de pessoas infectadas pelo vírus. Quando o governo do estado divulgava as bandeiras das regiões era de responsabilidade das prefeituras analisarem a situação de seus municípios para optar pela reabertura ou não de seus setores. As exigências para a reabertura incluíam o uso do

distanciamento, janelas abertas para circulação de ar, utilização de álcool em gel, capacidade do espaço reduzida e uso obrigatório de máscara.

Por esse motivo uma das expectativas é referente a deliberação da prefeitura para a reabertura, o município de Porto Alegre aguardou por muito tempo a baixa do número de casos e a divulgação de bandeira laranja para dar um pronunciamento sobre a reabertura. Devido a demora para Porto Alegre chegar ao estágio de bandeira laranja as manifestações pedindo a reabertura cresceram, os manifestantes queriam a reabertura independente da bandeira, pois já havia demorado muito. Os outros pontos dessa temática são contemplados neste parágrafo, porém um em especial necessita de uma atenção.

“Reabertura das escolas como opção para as famílias que realmente precisam da escola”, este é um ponto crucial de discussão e impõe várias inquietações. Tratar a escola como uma opção dos pais de ter um lugar para deixar os filhos ao ir para o trabalho é a função da escola? O que é precisar da escola realmente? A escola não tem a função de ser um espaço para receber crianças enquanto os pais trabalham, esta é uma ideia do passado, dos famosos “cuida-se” e do período inicial das creches no Brasil. Atualmente a educação infantil faz parte da educação básica e a educação é um direito da criança, é para que ela aprenda e se desenvolva, não é para a família ir trabalhar tranquila sabendo que seu filho está em um espaço seguro.

Outra questão é sobre as famílias que precisam realmente da escola, essa é uma discussão delicada pois estamos falando de escolas privadas, não estamos falando da classe baixa da população. Não ficou explícito no discurso quem eram as famílias que realmente precisam da escola, se são as famílias que trabalham em um dos serviços essenciais ou aquelas que estão voltando ao trabalho presencial. Porém é importante destacar que foram as classes populares as mais afetadas pelo vírus, segundo dados do Instituto Pesquisa e Opinião houve crescimento de 17,1% na quantidade de pessoas que se consideram parte da classe baixa ou classe média baixa a partir da pandemia (G1, 2021).

Famílias pobres e de classe média baixa também precisam das escolas, muitas inclusive conseguiam alimentar seus filhos de forma mais segura e saudável somente na escola. Muitas casas possuíam apenas um cômodo, dificultando a existência de um espaço para a criança brincar, além da falta de

internet e aparelhos eletrônicos. Portanto, quando se fala que famílias da rede privada precisam realmente das escolas, se faz necessário refletir sobre o que as famílias da rede pública municipal de Porto Alegre precisam, reflexões que a rede privada não está disposta a fazer.

A segunda temática da categoria “Expectativas” denominei como “Diálogo para reabrir as escolas” e dela três pontos se manifestaram. O primeiro ponto diz respeito a “Trabalhar a ideia de voltar”, ou seja, discutir protocolos, estratégias para uma reabertura segura, critérios para determinar um calendário de retorno e etc. O segundo ponto diz respeito a expectativas sobre “Questões de segurança sanitária e saúde pública sejam atendidas”, ou seja, que na discussão sobre a reabertura haja um compromisso com a elaboração de protocolos eficazes e estratégias de escalonamento viáveis.

O terceiro ponto tem a expectativa para que aconteça uma “Audiência para discutir o retorno às aulas presenciais de forma segura através do diálogo”, pois a prefeitura de Porto Alegre impôs um calendário com datas inviáveis visto que muitas escolas municipais não tinham infraestrutura para o retorno seguro. O diálogo entre conselhos escolares e prefeitura de Porto Alegre precisou ser solicitado formalmente através de uma nota de 65 conselhos escolares municipais. É previsto na Constituição de 1988 a gestão democrática, porém quando o diálogo é sobre reabertura das escolas os conselhos escolares não são convidados a participar do debate e articulações (PORTO ALEGRE, 2020).

A última temática da categoria “Expectativas” denominei como “Solicitações para a segurança na reabertura”, nesta temática há pedidos explícitos para que as escolas sejam reabertas de forma que não acarretem mais contaminações por COVID-19. Em um plenário virtual da Câmara Municipal de Porto Alegre com a presidente do SINDICRECHES para conversar sobre as escolas de educação infantil privadas, Carina Becker Koche, solicita:

“Precisamos de um COE para que esse protocolo seja colocado no Diário Oficial do Município, para que as escolas possam abrir, as famílias tenham o direito de escolha e as instituições avaliem se podem funcionar” (PORTO ALEGRE, 2020).

O COE é a sigla de Comitê de Operações e Emergência em saúde, o objetivo dele segundo a prefeitura é estreitar laços e atribuir a cada entidade uma responsabilidade, alinhando ações e protocolos coletivamente (PORTO

ALEGRE, 2021). Apesar da importância da criação de um COE municipal, ele só foi criado no ano de 2021, o primeiro encontro só aconteceu no mês de maio de 2021. A demora para criar um COE dificultou o diálogo transparente entre comunidade escolar, prefeituras e escolas, nota-se uma atenção maior às instituições privadas do que para as demais instituições representadas pelos Conselhos Escolares.

Outro quesito dessa manifestação passível de reflexão é o direito de escolha das famílias, o direito de escolher levar ou não levar na escola. O direito de escolha é reservado a uma parte da população, não é universal e igualitário, uma família que não possui dinheiro para a passagem de ônibus não tem direito de escolha, quem é grupo de risco e não foi vacinado ainda não tem direito de escolha. Essa exclusão da maioria pelo bem-estar da minoria não é direito, nem uma escolha, é uma imposição da classe dominante, ou seja, as escolas privadas definindo que sua vontade é maior e mais importante do que as demais.

Finalizando a categoria das “Expectativas” e a temática das “Solicitações”, os municípios de Porto Alegre decretam estado de greve por falta de condições necessárias para a saúde da comunidade escolar. Segundo o jornal Zero Hora a entidade pretende “Solicitar ao Ministério Público a testagem em massa para COVID-19 aos alunos e trabalhadores das instituições de ensino” (GAÚCHA ZH, 2020). Esta testagem em massa garantiria mais segurança aos trabalhadores e alunos enquanto a vacinação ainda não havia começado, testagem em massa e rastreio de infectados poderiam evitar novas ondas na pandemia (Griffiths et al., 2020). Porém essa solicitação não foi atendida e as aulas retornaram sem oferecimento de testes rápidos para o diagnóstico da comunidade escolar.

3.5 DEFINIÇÕES/FUNÇÕES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Esta categoria a ser analisada é muito importante pois auxiliará a responder o problema de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso e através destes dados o segundo objetivo específico poderá ser alcançado. O nome desta categoria é “Definição/Funções da escola educação infantil”, dela quatro temáticas se apresentam, a escola de educação infantil como: Serviço; Lugar para os pais deixarem os filhos para trabalhar; Empresa; Local onde as crianças são desenvolvidas. O material aqui utilizado foi pesquisado em sites e

documentos públicos, há a representação de algumas escolas privadas, porém algumas manifestações não podem falar por todas as escolas de educação infantil privadas de Porto Alegre.

A primeira temática define a escola de educação infantil como "Serviço", quando a prefeitura de Porto Alegre cancelou todos os contratos com escolas de educação infantil ela justificou a decisão devido ao serviço que não estava sendo prestado. Segundo uma das diretoras de escolas privadas, "no momento em que o prefeito suspende contratos, dá mais força ainda para a defesa do consumidor de que não precisa continuar pagando as escolinhas" (LAMPERT, 2020). Em resposta a esse posicionamento da prefeitura, uma das diretoras afirmou durante a reportagem de LAMPERT que o serviço não está sendo oferecido porque as escolas estão fechadas, não por falta de vontade das escolas ou das professoras.

Nesta mesma matéria de Lampert (2020), uma diretora afirmou: "Assim que a Prefeitura permitir, iremos reabrir – quem puder ficar com a criança em casa que fique, mas tem muita gente precisando dos nossos serviços". Nesta frase fica nítida a função que esta diretora dá para a sua escola de educação infantil, um serviço prestado, serviço para quem quer e pode ter, um serviço urgente para atender as demandas dos adultos. O risco que se corre ao enxergar a escola de educação infantil como serviço é que em momentos de crises não existem parceiros, existem clientes e na falta de serviço os clientes não pagam. Isto causa o desemprego das trabalhadoras escolares, o fechamento das escolas, expõe a visão de negócio, de consumidor e prestador de serviço.

A segunda temática define a escola de educação infantil como "Lugar para os pais deixarem os filhos para trabalhar", ou seja, como um espaço de permanência diária para as crianças nos intervalos do trabalho. Um lugar seguro onde a criança irá receber todos os cuidados enquanto os pais trabalham. Em uma plenária virtual da Câmara de Vereadores no dia 13/09/2020, diversos vereadores manifestaram suas preocupações com a demora na reabertura das escolas. "Os pais não têm onde deixar seus filhos e isso está virando uma bola de neve. Não se pode deixar crianças em qualquer lugar" diz Paulinho Motorista, vereador de Porto Alegre pelo Partido Socialista Brasileiro na plenária virtual (MACHADO; FERREIRA; NUNES, 2020).

Essa concepção de escola de educação infantil como um espaço para servir às demandas dos adultos é um retrocesso, data do tempo onde existiam

os famosos “cuida-se” e do início da atuação nas creches para auxiliar as famílias operárias trabalhadoras. A Base Nacional Comum Curricular traz em seu texto todos os campos de experiência e objetivos que as crianças devem desenvolver para aprender sobre diversos temas. Em nenhuma parte do texto da Base cita a escola de E.I como um espaço para os pais poderem trabalhar, a educação infantil é para as aprendizagens e bem-estar da criança, não dos seus adultos.

A terceira temática define a escola de educação infantil como uma “Empresa”, por esse motivo, na ausência da presencialidade do espaço físico oferecido, esta empresa tem prejuízos financeiros. Estas empresas sofreram durante a pandemia para manter seus negócios abertos, em uma entrevista no programa Bom dia Rio Grande, da RBSTV disponível na Globoplay, uma diretora expõe a situação das escolas:

As escolas de educação infantil são empresas que dependem do fluxo de caixa mensal para o pagamento, para honrar suas dívidas. Não tivemos flexibilização de impostos, as linhas de créditos não são tão acessíveis (GLOBOPLAY, 2020).

Novamente fica evidente que colocar a educação com um viés de negócio implica a retirada dela em cenários de crise, limita todo um trabalho contínuo e planejado a uma mensalidade a ser paga no dia x do mês e toda a equipe escolar como funcionário daqueles que pagam a mensalidade. A educação não pode ser moldada devido a fatores políticos e econômicos, como afirma Freire (1996) a educação não é neutra. Fechar os olhos para os riscos de saúde pública para as crianças e pensar somente na sua empresa e no seu negócio não é educação, é renda, é serviço. Porém os trabalhadores das escolas ao ter como fonte renda os salários que dela recebem são levados a pedir o retorno da reabertura também. Saviani (2010) considera que se o trabalhador não vender sua força de trabalho ao capitalismo não terá como sobreviver, ele na verdade não tem escolha.

Na última temática deste capítulo há a definição de escola de educação infantil como um “Local onde as crianças são desenvolvidas”, um espaço para o desenvolvimento. Nesta temática, o discurso do governador Eduardo Leite na entrevista para a Gaúcha Zero Hora, redigida por SCUR (2020) explicita esta visão:

“Mais do que isso, quando a gente fala em educação infantil, a gente tá falando aquela etapa em que se fazem os estímulos essenciais para o desenvolvimento da capacidade cognitiva, da capacidade motora, do desenvolvimento até socioemocional de uma criança, que nitidamente é uma etapa fundamental” (SCUR, 2020).

O primeiro argumento que se faz necessário é que crianças não são desenvolvidas, elas desenvolvem-se através das experiências que os educadores planejam pedagogicamente para ela. Um dos pilares da educação infantil atual é a promoção da autonomia da criança, a liberdade de poder escolher sobre as coisas que quer descobrir e aprender. Quando versamos sobre estimular nas crianças, coloca-se o professor no centro do debate, o importante neste caso é o que o professor irá fazer para estimular aquele aluno visando um objetivo pretendido e escolhido por ele. Porém, quando se coloca a criança no centro do planejamento pedagógico, como ser único, capaz e autônomo, o desenvolvimento ocorre sem interferência do adulto, o aluno se desenvolve através de suas experiências com as propostas elaboradas coletivamente junto à educadora.

A educação infantil é uma etapa muito importante na vida de todo o ser humano, é através da brincadeira que as crianças se comunicam com o mundo, se desafiam e aprendem através dessas experiências brincantes. Porém há de se tomar cuidado com essa onda de exigências que está vindo para esta etapa, tirando o tempo da criança de brincar para incumbir a ela dezenas de atividades para aproveitar este período de desenvolvimento “que só acontece” quando as crianças são pequenas. É necessário ter calma, antes de qualquer aula de instrumentos musicais ou curso de idiomas a criança pequena precisa brincar, precisa de tempo para ser criança, para imaginar, sentir, ser acolhida, amada e respeitada por aqueles que a rodeiam.

A pandemia causada pelo novo Coronavírus causou diversas modificações nas estruturas escolares, nas famílias, nas crianças e na concepção de educação infantil. Alguns pontos que pareciam que tinham sido superados voltaram à tona, o cuidar mais presente do que o educar, a escola como lugar de criança ficar para o adulto poder sair, a criança como um ser agitado e que com manias que os adultos não querem respeitar. Assim como a

função política da educação infantil conceituada por FOCHI e CARVALHO (2016):

A função política pode ser vista a partir de duas perspectivas. A primeira, por atualmente reivindicarmos o direito de as crianças frequentarem essas instituições, ou seja, superamos a ideia assistencialista de suprimento de guarda na ausência da mãe; passamos do direito da mãe à creche para o direito das crianças a frequentarem a Educação Infantil pública e de qualidade. Isso significa dizer que as crianças, que até então não eram vistas como sujeitos de direitos, passam a exercer o papel de cidadão, o gozo de direitos e a participação social. (FOCHI; CARVALHO, 2016)

No ano de 2020 as crianças voltaram a ser espectadoras enquanto suas famílias e suas escolas reclamavam o direito à educação e ao espaço escolar. A ausência de um espaço para a infância nos debates políticos e manifestações demonstra que a ideia assistencialista ainda não foi totalmente superada e ainda há muito o que discutir e construir na educação infantil brasileira. O sistema econômico em que o Brasil se desenvolve é danoso para a educação e para as infâncias, a ideia de consumir até o último recurso não está alinhado com o discurso de grandes líderes ao pronunciar que querem um futuro melhor para as crianças.

Para finalizar as análises deste capítulo gostaria de citar uma fala que me incomodou muito no discurso da presidente do SINDICRECHES na plenária virtual do dia 13/09/2020, mas que antes não havia espaço oportuno para demonstrar minha indignação. Este é um trabalho científico, porém é também político e está localizado dentro de um sistema que vive de opressões e manipulações. Carina Becker Koche coloca como exemplo das consequências das escolas fechadas a morte da criança negra de cinco anos na cidade de Recife. A presidente do sindicato manifesta que se as escolas estivessem abertas Miguel poderia estar vivo:

“Miguel morreu porque a escola estava fechada e ele teve que ir para o trabalho com a mãe”, sentiu Carina, ao enfatizar que, “se a escola estivesse aberta, talvez Miguel não tivesse morrido”. (MACHADO; FERREIRA; NUNES, 2020).

Miguel era uma criança negra, filho de uma mãe negra que trabalhava como empregada doméstica para uma mulher branca chamada Sara Corte Real,

esposa do prefeito de Recife. A criança era estudante de escola pública, escola que provavelmente não abriria na retomada das aulas por falta de recursos, assim como várias escolas em Porto Alegre. Sua mãe, a senhora Mirtes, o levou para o trabalho e enquanto passeava com os cães de Sara, a quem tinha pedido para que cuidasse do seu filho Miguel, desprezou o seu pedido e levou o menino até o elevador do prédio em que morava. O menino estava em pratos à procura da mãe e subiu até a cobertura do condomínio onde caiu e despencou, o levando à óbito.

O que matou Miguel não foi a ausência da escola, foi o racismo e o elitismo de Sara Corte Real, sua negligência e sua maldade ao não cuidar de uma criança pequena, filho de Mirtes. Usar a morte de Miguel em um discurso para a reabertura das escolas é um desrespeito com a família de Miguel e um ataque à inteligência e ao senso crítico de qualquer pessoa que escute com cuidado a trágica história da morte de Miguel. Essa atitude vinda de uma mulher branca, que representa um setor privado e que em uma tentativa desesperada de reabrir seu negócio usando a morte de uma criança negra não causou revolta, nem manifestações contra o seu discurso, somente o silêncio. Pois eu me revoltei e separei estes últimos parágrafos para demonstrar minha indignação e minha repulsa por esse discurso oportunista e de baixo nível. Espero que as próximas manifestações não carreguem o nome daquelas crianças que não podem mais se manifestar, pois foram silenciadas pela sede do capitalismo brasileiro.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira categoria denominada Reclamações notou-se a prevalência da questão financeira por parte das escolas privadas, as demissões e o fechamento das escolas estavam dando enormes prejuízos para estas instituições. Além disso, a forma como o município gerenciou a educação na pandemia também foi alvo de diversas reclamações. A equivalência de setores dentro de uma sociedade capitalista ocasionou reclamações referentes a demora na reabertura. Os prejuízos para as crianças foram as reclamações menos expressas publicamente, enquanto as financeiras prevaleceram. Ou seja, as manifestações expressas pelas escolas privadas tinham o objetivo de reabrir os espaços escolares para não perderem seus negócios.

Preocupações se apresenta como segunda categoria e novamente traz a questão financeira e de equivalência de valores, porém abre espaço para os prejuízos para as crianças causados pela pandemia e a valorização da vida frente a um vírus causador da morte. O medo pela perda de aprendizagem e desenvolvimento e de espaço seguro e legalmente reconhecido foram presentes nesta categoria. A valorização da vida antes do financeiro foi levantada por alguns representantes de escolas privadas.

Nas Expectativas, pedidos de reabertura imediata e de diálogos para que ela aconteça foram muito presentes, por motivações de amparo aos familiares das crianças e de manutenção das instituições privadas. Notou-se nos discursos a presença massiva de individualidade, esgotamento de paciência e urgência por parte dos manifestantes. Além disso, havia expectativas por parte dos conselhos municipais e rede pública para protocolos e estratégias sanitárias mais estudadas e aplicáveis.

Quanto às Definições/Funções de escolas de educação infantil os dados apontaram para a preponderância da escola de educação infantil como serviço prestado e como local para os pais deixarem as crianças para poderem se dirigir ao trabalho. Através desses dados quero iniciar uma curta discussão comparando essas definições com as dos documentos oficiais. Inicialmente trago a Constituição Federal de 1988 para alertar que a educação é responsabilidade tanto da escola, quanto da família, portanto é direito da criança ser educada por sua família e por sua escola. Na ausência do espaço físico da

escola é direito da criança ser auxiliada por sua família e por sua escola para aprender e se desenvolver.

Um ponto muito importante trazido na CF é a emenda 53 anexada em 2006 onde tira-se a palavra atendimento de creche e pré-escola e coloca-se o termo educação infantil, ou seja, a educação infantil não é um serviço perante à lei, ela é um direito da criança. No Estatuto da Criança e do Adolescente a criança é denominada como ser em desenvolvimento e possuidora de direitos fundamentais, nele saúde e educação estão incluídas, ou seja, a educação não está na frente da saúde ou atrás, elas estão juntas como direito. Assim como o direito a experiências em outros ambientes além dos escolares, não colocando a escola como único ambiente de aprendizagem, valorizando as experiências extracurriculares.

Na LDBEN a finalidade da escola de educação infantil não é prestar serviços aos adultos, ou para ser um negócio, mas sim para o desenvolvimento integral de crianças de até cinco anos de idade, complementando os saberes da família e da comunidade que essa criança possui. As DCNEI'S possuem um artigo especialmente dedicado à definição de creche e pré-escola, o artigo quinto as define como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que cuidam e educam crianças de zero a cinco anos no período diurno em ambas jornadas, regulados, supervisionados e controlados (BRASIL, 2009).

Como pôde ser observado neste trabalho de conclusão de curso, a escola de educação infantil não é um serviço prestado, ela é um espaço sociopolítico e pedagógico que existe para atender ao direito da criança que tem direito à uma educação pública e de qualidade. Utilizar a educação infantil como serviço é uma ferramenta das instituições privadas e não pode se tornar uma verdade, já que foi dita várias vezes durante a pandemia de COVID-19. A escola é um espaço das crianças e para as crianças, nela não deve prevalecer o dinheiro na frente da segurança e da saúde, estas instituições precisam repensar como atuam no mundo e refletir sobre sua lógica mercadológica capitalista, crianças não são e não podem ser CPFs na lista de matrícula da empresa privada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2020, (vírgula) o mundo inteiro foi interrompido pelo Sars- CoV- 2, novo coronavírus, que ocasionava a doença COVID-19. As cidades decretaram o fechamento das instituições e começou-se um período de espera e análise dos números de pessoas internadas e a capacidade dos hospitais para estimar uma reabertura dos setores em Porto Alegre. As escolas de educação infantil precisaram se adaptar ao isolamento e inovar a forma como mantinham um vínculo com as crianças e suas famílias, muitas delas aderiram às aulas síncronas através de plataformas digitais como o *Zoom* e o *Google Meet*.

O tempo foi passando e os casos não melhoraram, pelo contrário, cada vez mais pessoas eram acometidas pela COVID-19 e os negócios aos poucos foram se endividando, demitindo funcionários e fechando suas portas. As famílias estavam em casa com suas crianças aflitas, tendo que trabalhar e ajudar os filhos nas atividades da escola. Escolas privadas de educação infantil estavam perdendo alunos, reduzindo salário dos funcionários e muitas fecharam neste período.

Foi então que escolas privadas e sua comunidade escolar composta por famílias e funcionários foram às ruas, às rádios, à procura de vereadores e deputados estaduais para solicitar a reabertura das escolas privadas de educação infantil em Porto Alegre. Essas manifestações se tornaram o meu objeto de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso, me interessei pelos apelos destas instituições e busquei através desta monografia coletar dados, analisar e comparar a fim de verificar as motivações destas manifestações.

Através de documentos e entrevistas públicas identifiquei quatro categorias de manifestação, são elas: Reclamações; Preocupações; Expectativas; Definições/Funções da escola de educação infantil. Em minhas análises a reclamação e a preocupação com as empresas de educação infantil prevaleceram e mostraram que estas instituições pediram para serem equivalentes à serviços como comércio e hospitais, para se tornarem serviços essenciais durante o isolamento social. Algumas escolas privadas de educação infantil queriam o retorno das aulas independente da situação sanitária, colocando o direito à educação acima do direito à vida, buscando através de

discursos exagerados como por exemplo o déficit cognitivo na ausência da escola, uma saída para seus negócios privados.

Perdeu-se muito em 2020 a compreensão da função da escola de educação infantil e do seu papel social, os manifestantes da pesquisa trataram a escola de E.I como um serviço prestado para que os adultos pudessem trabalhar. As crianças não estavam no centro do discurso, pelo contrário, elas estavam sendo usadas para garantir o bem-estar e organização econômica dos adultos, das suas famílias e das suas escolas privadas. Poucas escolas alcançaram os objetivos desta etapa da educação básica em modelo remoto, foi necessário muito diálogo, criatividade e motivação para fazer muitas mudanças sem perder o viés de que o desenvolvimento integral da criança é o foco da educação infantil.

Deste trabalho pode-se concluir que a educação não pode ser tratada como serviço e que crianças pequenas são possuidoras de direitos e por isso não devem ser números de matrícula em uma planilha qualquer de uma instituição. Que família e escola são responsáveis pela educação e cuidado das crianças, que tanto casa quanto escola devem estar preparados para que este indivíduo produza sua cultura. Além disso, os municípios sendo responsáveis por esta modalidade precisam garantir mais espaços físicos na cidade e vagas nas creches e pré-escolas para atender a grande demanda de crianças e famílias. O privado não pode ser a única opção para as famílias de Porto Alegre e as crianças não devem ser usadas como subterfúgio para a reabertura de ambientes privados em pandemias.

Esta pesquisa não se encerra aqui, este é só um breve pedaço de tudo que aconteceu em 2020 na educação infantil em Porto Alegre, famílias e escolas podem e devem ser entrevistadas para que essas memórias e aprendizagens não se percam no tempo. Como estudante de pedagogia e futura professora fui muito impactada por esses discursos e manifestações, o sentimento de injustiça e revolta perante tantos absurdos me acompanharam durante o ano todo. Espero que a partir deste trabalho eu possa trazer novos problemas e reflexões para serem discutidas, identificadas e analisadas em artigos.

Movida por esta temática, me inscrevi na seleção de mestrado em Ciências Sociais da PUCRS com um projeto que visa identificar as culturas produzidas por crianças da escola pública na pandemia. Meu interesse pelas aprendizagens das crianças e suas famílias se estendeu devido a este trabalho

de conclusão de curso, hoje me encontro na segunda etapa do processo seletivo e espero que após a defesa deste TCC eu possa passar de estudante de graduação para mestranda.

Neste trabalho eu havia comentado sobre o governo menosprezar a pandemia, em 2020 achava-se que era por falta de conhecimento, porém em 2021 durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19 foi constatado que o presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido) tentou implementar a imunidade de rebanho ao povo brasileiro, gerando milhares de mortes no país. Além da tática de contaminação em massa, a CPI da COVID identificou mais de 101 emails enviados pela empresa BioNtech responsável pela vacina PFIZER que não foram respondidos pelo governo brasileiro. Houveram tentativas de superfaturamento na compra de vacinas por empresas que nem existiam e ainda a utilização da Cloroquina e Hidroxicloroquina para fazer o povo trabalhar sem medo da doença, mesmo sabendo que estas drogas não tinham comprovação científica nenhuma.

Não é exagero afirmar que o governo brasileiro ajudou o vírus a matar milhares de brasileiros, seja por ação ou por omissão, divulgando medicamentos sem eficácia ou ignorando empresas que estavam querendo vender vacinas. É com lágrimas nos olhos que afirmo que sobrevivemos a uma pandemia, mas também a um governo da morte, que brincou com a vida dos cidadãos brasileiros e levou embora o amor de muitas pessoas do nosso país. O Brasil não esquecerá essa parte horrenda de sua história e cobrará cada vida que foi ceifada pela ganância do capitalismo deste presidente e todos os seus cúmplices.

Por último, gostaria de frisar que minha graduação em pedagogia teve a particularidade de ser atravessada por uma pandemia, eu estudei durante dois anos presencialmente e dois anos remotamente através das aulas online. Foram dois anos muito difíceis e muito cansativos como estudante, a ausência de um espaço externo e a presença massiva de telas foi fatigante. Me solidarizo com as crianças e suas famílias pois também vivi o isolamento social e fui privada de ter minha liberdade em espaços além da minha residência. Mas acredito que apesar das aulas online e da falta da presencialidade, muito pude aprender com este momento, principalmente a ser ética e não colocar os meus desejos na frente da existência dos outros. Aos mais de 600 mil brasileiros que não podem estar mais aqui, meu abraço generoso, não esqueceremos!

REFERÊNCIAS

ABBEVILLE, 'D Claude. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1613.

AVELINO, Wagner Feitosa; MENDES, Jessica Guimarães. A realidade da educação brasileira a partir da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 5, p. 56-62, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.353**, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Princesa Imperial Regente, 1888. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 20 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm. Acesso: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 20 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.796**, de 4 de abril 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em 20 nov. 2021

BRASIL. **Lei nº 14.113**, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm.
Acesso em 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Pedido de recursos para creche deve ser feito até esta quinta. **Ministério da Educação**, 2018.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/creches?start=40#:~:text=O%20tipo%20B%20%C3%A9%20o,120%20crian%C3%A7as%2C%20em%20turno%20integral>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 5**, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Disponível em:

http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf

Acesso em 20 nov. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade social no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CERQUEIRA, Maria Marta de Andrade; GAMA, Cláudia Vasconcelos Nogueira; ZAMPIER, Patrícia da Paz. Educação Infantil em tempos de pandemia: quando uma máquina do tempo aproxima as distâncias. **Revista Artes de Educar**. V.7,n.1,2021.

DA SILVEIRA, Daniela Magalhães. “Restos da escravidão” e violência cotidiana: conflitos femininos expostos na primeira página da Gazeta de Notícias (1890). **Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte**, v. 23, n. 42, p. 84-99, 2021.

DE CARVALHO, Rodrigo Saballa; FOCHI, Paulo Sergio. “O muro serve para separar os grandes dos pequenos”: narrativas para pensar uma pedagogia do cotidiano na educação infantil. **Textura - Revista de Educação e Letras**, v. 18, n. 36, 2016.

DE SOUZA JÚNIOR, Marcílio Barbosa Mendonça; DE MELO, Marcelo Soares Tavares; SANTIAGO, Maria Eliete. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 16, n. 3, p. 29-47, 2010.

DOS SANTOS, Andréia Mendes; VERÍSSIMO, Ana Carolina Brandão. O Cotidiano e os Sentimentos da Criança no período da pandemia por Coronavírus. **C&L Edições**, Guaíba, RS, 2021.

DOS SANTOS, Maria Pires. Os desafios da educação infantil no contexto da pandemia COVID-19. **Revista Integra EaD**, 2020.

EDUCAÇÃO. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. [São Paulo]: Editora Melhoramentos LTDA, 2015.
Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/educa%C3%A7%C3%A3o/>.
Acesso em: 11 set. 2021.

ESCOLA. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. [São Paulo]: Editora Melhoramentos LTDA, 2015.
Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/escola/>.
Acesso em: 11/09/2021.

FIOCRUZ. **COVID-19 e Saúde da Criança e do Adolescente**.
Disponível em:
http://www.iff.fiocruz.br/pdf/covid19_saude_crianca_adolescente.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. **Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant**, p. 1-11, 2005.

GÁUCHA ZH. Municipários entram em estado de greve na educação em Porto Alegre, 2020.
Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/09/municiparios-entram-em-estado-de-greve-na-educacao-em-porto-alegre-ckfjut0lc000k012tg4s54phs.html>.
Acesso em: 05/10/2021.

GLOBOPLAY. Escolas de educação infantil enfrentam dificuldades com as atividades suspensas no RS; Diretora de uma instituição em Porto Alegre explica situação após cinco meses de restrições, 2020.
Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8767538/>.
Acesso em 15/10/2021.

GONZATTO, Marcelo. Cresce ritmo de mortes de crianças por COVID-19 no RS, mas Estado ainda mantém a menor taxa de óbitos do país. **Gaúcha ZH**, 2021.

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2021/06/cresce-ritmo-de-mortes-de-criancas-por-covid-19-no-rs-mas-estado-ainda-mantem-menor-taxa-de-obitos-do-pais-ckpt393wa001e018m41vj9b6u.html>.

Acesso em: 15 nov. 2021

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro. Usar tecnologias digitais nas aulas remotas durante a pandemia de COVID- 19? Sim, mas quais e como usar? **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-12, 2021.

Disponível em: <https://revist,s2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>.

Acesso em: 10 jul. 2021.

IBGE, 2019. **Informativo Estatísticas de Gênero**.

Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf

Acesso em: 20 nov. 2021

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Município de Porto Alegre em 2020**. Porto Alegre, 2020. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>. Acesso em 19 nov. 2021.

INFANTIL. *In*: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. [São Paulo]: Editora Melhoramentos LTDA, 2015.

Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/infantil/>.

Acesso em: 11 set. 2021.

JOYE, Cassandra Ribeiro; MOREIRA, Marília Maia; ROCHA, Sinara Socorro Duarte. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19.

Research, Society and Development, v. 9, n. 7, 2020.

KLINKO, Janaina; DE CARVALHO, José Sérgio Fonseca. Escola remota: como resistir à domesticação da experiência escolar?. **Estilos da Clínica**, v. 26, n. 1, p. 58-67, 2021.

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Editora Ática.1993.

KUHLMANN, Moysés. Instituições Pré-escolares Assistencialistas no Brasil (1899 - 1922). **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, p.17-26, 1991.

Disponível em:

<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1027/1035>. Acesso em: 19 nov. 2021.

LAMPERT, Adriana. Escolas de ensino infantil de Porto Alegre amargam prejuízos. **Jornal do Comércio**, 2020.

Disponível em:

https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/coronavirus/2020/04/735287-escolas-de-ensino-infantil-de-porto-alegre-amargam-prejuizos.html.

Acesso em: 19 nov. 2021.

MACHADO, Bruna Schlisting; FERREIRA, Rian; NUNES, Laura Moeller. Sindicreches pede apoio da Câmara para reabertura das escolas infantis. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, 2020.

Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/sindicreches-pede-apoio-da-camara-para-reabertura-das-escolas-infantis>.

Acesso em: 19 nov. 2021.

MAIS de 44% das famílias do RS sofreram impacto financeiro pela pandemia, aponta pesquisa. **G1 RS**, 2021.

Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/09/22/mais-de-44percent-das-familias-do-rs-sofreram-impacto-financeiro-pela-pandemia-aponta-pesquisa.ghtml>.

Acesso em: 22 nov. 2021.

MORAES, Mauro. Educação promove o primeiro encontro do Comitê de Operações e Emergência em Saúde Municipal. **Prefeitura de Porto Alegre**, 2021.

Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smed/noticias/educacao-promove-o-primeiro-encontro-do-comite-de-operacoes-e-emergencia-em-saude>.

Acesso em: 19 nov. 2021.

NUNES, Deise Gonçalves. Educação Infantil e mundo político. **Revista Katál**, Florianópolis, SC, v 12, n 1, p. 86 – 93, jan./jun. 2009.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/GZynwCXy5xnF9ZqBVwGv6kB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2021.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da COVID-19. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, 2020.

PANDINI-SIMIANO, Luciane; BUSS-SIMÃO, Márcia. Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: entre desafios e possibilidades dos campos de experiência educativa. **Eccos Revista Científica**, n. 41, p. 77-90, 2016.

PANOVSKA-GRIFFITHS, Jasmina et al. Determining the optimal strategy for reopening schools, the impact of test and trace interventions, and the risk of occurrence of a second COVID-19 epidemic wave in the UK: a modelling study. **The Lancet Child & Adolescent Health**, v. 4, n. 11, p. 817-827, 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal; SUSIN, Maria Otília Kroeff. A parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias: a educação infantil em Porto Alegre. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação- Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 27, n. 2, 2011.

PORTAL LUNETAS. **Reabertura das escolas: como seguir de forma segura e planejada?**, 2021.

Disponível em: <<https://lunetas.com.br/paulo-fochi-reabertura-das-escolas-como-seguir-de-forma-segura-e-planejada/>>.

Acesso em: 19/11/2021.

PORTO ALEGRE. Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 001/1999**, de 4 de novembro de 1999. Porto Alegre: Conselho Municipal de Educação, 04 nov. 1999.

Disponível em:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smed/usu_doc/res00199.pdf.

Acesso em 20 nov. 2021.

PORTO ALEGRE. **Busca de escolas municipais**. Prefeitura de Porto Alegre, 2020. Disponível em:

https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smed/default.php?p_secao=228. Acesso em: 18 set. 2021.

PORTO ALEGRE. **Decreto nº 21.020**, de 4 de maio de 2021. Institui o Comitê de Operações de Emergência em Saúde para a Educação de Porto Alegre (COE Municipal de Porto Alegre). Porto Alegre, RS: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2021.

Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2021/2102/21020/decreto-n-21020-2021-institui-o-comite-de-operacoes-de-emergencia-em-saude-para-a-educacao-de-porto-alegre-coe-municipal-de-porto-alegre>.

Acesso em: 20 nov. 2021.

PORTO ALEGRE. **PL 095/2020**, de 29 de julho de 2020. Estabelece como essenciais, durante períodos em que forem decretados estados de emergência e de calamidade pública, as atividades realizadas por escolas privadas de educação infantil no Município de Porto Alegre e dá outras providências. Porto Alegre, RS: Câmara de Vereadores, 2020. Projeto de lei com redação final aprovada. Autora: Cláudia Araújo.

Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/135955>.

Acesso: em 19 nov. 2021.

PRIMEIRO Congresso Brasileiro de Protecção à Infância. **Boletim nº 06**, v. 1, n. 1, 1922. Rio de Janeiro: Departamento da Criança no Brasil, 1922.

QUINTAIROS, Paulo; ELISEI, Cristina de Carvalho Ares; VELLOSO, Viviane Fushimi. SÍNCRONO E ASSÍNCRONO. **Revista de Pesquisa Aplicada e Tecnologia (REPATEC)**, v. 3, n. 04, p. 33-44, 2021.

SALOMÃO, Diana Aguiar. A educação infantil no cenário desafiador da pandemia da COVID-19. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v.2, n.3, p. 1-11, 2021.

SAVIANI, Dermeval. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, p. 653-662, 2017.

SAVIANI, Dermeval. O paradoxo da educação escolar: análise crítica das expectativas contraditórias depositadas na escola. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba**, v. 5, n. 10, p. 13-28, 2010.

SCUR, Noele. Entrevista com governador Eduardo Leite: "Pais precisam ter alternativa", diz governador sobre retorno de aulas presenciais. **Gaúcha ZH**, 2020. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/politica/noticia/2020/09/pais-precisam-ter-alternativa-diz-governador-sobre-retorno-de-aulas-presenciais-13045090.html>. Acesso em: 22 nov. 2021

SILVEIRA, L. M. A Educação Não Pode Esperar. 2020.

Disponível em: <https://irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Estudo-a-Educacao-Nao-Pode-Esperar.pdf>.

Acesso em: 10/10/2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Manual de Orientação Menos Telas Mais Saúde**. 2019.

Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf.

Acesso em: 10/10/2021.

SOUZA, Ariane Simão de. **A creche de São Francisco de Assis**: uma alternativa à infância pobre em Porto Alegre (1932-1980). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/153102/001013706.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em: 27 nov. 2021.

SOARES, Iarema; HARTMANN, Marcel. Crise na educação infantil: escola tradicional de Porto Alegre suspende atividades. **Gaúcha ZH**, 2020.

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/08/crise-na-educacao-infantil-escola-tradicional-de-porto-alegre-suspende-atividades-ckeeepoc800063013lbwygip5j.html>.

Acesso em: 20 nov. 2021.

APÊNDICE 1

Tipo de material	Link	Data
Notícia em site jornalístico	https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/05/25/represent-antes-de-escolas-particulares-de-educacao-infantil-pedem-reabertura-do-servico-em-ato-em-porto-alegre.ghtml	25/05/2020
Notícia em Rádio	https://guaiba.com.br/2020/08/27/aulas-presenciais-seguem-sem-data-para-retornar-em-porto-alegre/?amp=1	27/08/2020
CARTILHA PREFEITURA	https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/hotsites/gp/coronavirus/Cartilha_aulas.pdf	01/10/2020
Entrevista com governador do RS	https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/politica/noticia/2020/09/pais-precisam-ter-alternativa-diz-governador-sobre-retorno-de-aulas-presenciais-13045090.html	03/09/2020
Notícia sobre a greve	https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/09/municiparios-entram-em-estado-de-greva-na-educacao-em-porto-alegre-ckfjut0lc000k012tg4s54phs.html	26/09/2020
ENTREVISTA NA TV/ Reportagem	https://globoplay.globo.com/v/8767538/	11 de agosto de 2020
Matéria de jornal	https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/coronavirus/2020/04/735287-escolas-de-ensino-infantil-de-porto-alegre-amargam-prejuizos.html	22/04/2020
Nota dos Conselhos Escolares da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre sobre o retorno presencial das atividades escolares	https://cdn.brasildefato.com.br/documentos/84583912be622531975472855a0f68e4.pdf	18 de setembro de 2020
PLENÁRIO VIRTUAL Sindicreches pede apoio da Câmara para reabertura das escolas infantis	https://www.camara.poa.rs.gov.br/noticias/sindicreches-pede-apoio-da-camara-para-reabertura-das-escolas-infantis	13/08/2020

APÊNDICE 2

Reclamações								
Matéria de jornal	Notícia em site jornalístico	Notícia em Rádio	Nota dos conselhos	Cartilha da Prefeitura	Plenário Virtual 13/08	Entrevista na tv	Entrevista do governador do RS	Notícia sobre greve
Cancelamentos de contrato por parte dos pais e da prefeitura, famílias que pedem desconto mesmo recebendo seu salário integralmente.	Demora pela reabertura enquanto outros setores estão voltando.	Evasão escolar e inadimplência.	Demora na organização da educação pela prefeitura. Determinação do uso da plataforma CórTEX. Não houve estudo prévio sobre os funcionários que são do grupo de risco. Números de estudante por sala é muito grande, dificultando o fazer um mínimo distanciamento. Desobrigação do uso de máscaras para crianças de até 12 anos. Obrigatoriedade da máscara cirúrgica por parte	Prejuízos na aprendizagem pela ausência do contato presencial entre professor e aluno por mais de seis meses.	50% do cancelamento de matrículas, demissões de funcionários. Falta de ação municipal, município não ajuda financeiramente. Informalidade, lugares clandestinos. Caso do menino Miguel. Mendes Ribeiro: este é o momento de se estabelecer prioridades, pois as crianças não podem pagar pelas más escolhas políticas do governo. "O Fique em Casa foi estimulado lá no início e no inverno estamos	40% de cancelamento das matrículas, principalmente nas faixas etárias onde não é obrigatório. Houveram muitos desligamentos de funcionários e o fechamento de muitas escolas.	Não faz sentido permitir atividades diversas e não pensar que a educação é algo essencial.	É estado de greve. Não é a paralisação em si, mas a gente tende a acreditar que muitas escolas não conseguem iniciar as atividades em função de uma série de faltas de garantia — pontua Abreu.

			<p>dos professores, porém sem determinar quem vai custear esse gasto. A inexistência de um Centro de Operações de Emergência municipal.</p> <p>Desinformação de como proceder com o grupo de risco.</p> <p>Falta de diálogo com conselhos.</p> <p>Contrários ao calendário imposto pela prefeitura.</p>		<p>em casa ainda”, afirmou, lembrando que o comércio está recém voltando. Para Cassiá, “a ideologia veio muito forte”, como se quem ficasse em casa fosse de um lado e quem quisesse trabalhar fosse de outro.</p>			
--	--	--	---	--	--	--	--	--

APÊNDICE 3

Preocupações								
Matéria de jornal	Notícia em site jornalístico	Notícia em Rádio	Nota dos conselhos	Cartilha da Prefeitura	Plenário Virtual 13/08	Entrevista na tv	Entrevista do governador do RS	Notícia sobre greve
Demissões, fechamento de escolas.	Famílias precisam trabalhar e crianças estão ficando com vizinhos.	"Estamos preocupados com nossas crianças". "Nos preocupamos com o valor da vida, não queremos ser pressionados por questões políticas e financeiras. Quem vai ser responsável pela primeira morte de aluno da Educação Infantil ou de um professor?"	Não seremos responsabilizados pela perda de vidas ou consequências para a saúde de nossas comunidades.	Evitar mais perdas no processo de aprendizagem das crianças.	"se não nos organizarmos, haverá CNPJs de escolas consolidadas, com mais de 20/30 anos de história, fechados e CPFs demitidos". Foi um dos primeiros a fechar e poderá ser um dos últimos a retornar. Vereadora Claudia Araujo (PSD): são mais de 100 diretores preocupados com suas crianças e com suas escolas, pois muitas já fecharam as portas e muitas outras ainda fecharão. "O governo estadual já	A existência de um cuidado, pessoa que não tem nenhum tipo de cuidado, as vezes sem tela de proteção, e as crianças ficam ali sem nenhum protocolo de segurança. Tem a questão dos empregos, a equipe depende disso para o seu sustento. Daqui a pouco essas crianças vão ir para onde?	A criança que será encontrada no ano que vem não será a mesma que é agora, terá se perdido a oportunidade. A criança não fica parada esperando para se desenvolver. Ela vai se desenvolver com déficits cognitivos eventualmente por ter deixado de ser estimulada nessa etapa tão essencial da sua vida.	O diretor-geral frisou que a categoria "não está se negando a trabalhar", mas sim buscando "condições sanitárias adequadas, com protocolos que possam garantir o mínimo de saúde aos envolvidos" na retomada das aulas.

				<p>vê isso como algo viável, mas o prefeito não considera isso. “Protocolei um PL agora para que as escolas infantis privadas sejam consideradas essenciais . Os pais precisam trabalhar.” (LMN). Paulinho Motorista (PSB): Os pais não têm onde deixar seus filhos e isso está virando uma bola de neve. Não se pode deixar crianças em qualquer lugar.” Disse que muitos funcionários já vieram pedir ajuda e perguntar quando que irá ocorrer a reabertura , pois temem perder seus empregos.</p>	<p>Se as escolas infantis particulares fecharem isso vai ser mais um problema para a educação pública, que já está tão prejudicada.</p>		
--	--	--	--	--	---	--	--

					<p>Mauro Zacher: “É hora de retomada e de aprender a viver com o vírus. Com os protocolos e planejamentos prontos, é uma decisão dos pais a retomada”, apontando que já foi suportado “o máximo que dava”.</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--	--

APÊNDICE 4

Expectativas								
Matéria de jornal	Notícia em site jornalístico	Notícia em Rádio	Nota dos conselhos	Cartilha da Prefeitura	Plenário Virtual 13/08	Entrevista na tv	Entrevista do governador do RS	Notícia sobre greve
Prefeitura delibera e a reabertura das escolas e instaura uma fiscalização dos protocolos dentro delas.	Reabertura das escolas privadas infantis.	Trabalhar a ideia de voltar.	questões de segurança sanitária e saúde pública sejam atendidas e garantam a vida de crianças, jovens, seus familiares e profissionais envolvidos com o funcionamento das escolas. Solicitam uma audiência presencial com todos os envolvidos para discutir o retorno às aulas presenciais de forma segura através de diálogo.	Retomada do ensino para garantir o bem-estar, a saúde e o acesso ao conhecimento dos alunos.	Precisamos do COE para que esse protocolo seja colocado no Diário Oficial do Município, para que as escolas possam abrir, as famílias tenham o direito de escolha e as instituições avaliem se podem funcionar. Mauro Zacher: O vereador acredita que "se os pais acham que as crianças podem ir e que a escola está	As famílias precisam trabalhar e por isso precisam de um lugar seguro para deixar as crianças. As escolas abertas seriam uma opção para as famílias que REALMENTE precisam da escola	Não estamos propondo o retorno de toda a educação e nem estamos propondo este retorno de forma desorganizada. Estamos propondo, o Estado está tirando as restrições de forma gradual, primeiro levantamos as restrições das escolas de educação infantil. E porquê? Porque nós estamos com o retorno da economia, de diversas atividades e os pais precisam ter a alternativa, não é uma obrigação, é uma	A entidade pretende solicitar ao Ministério Público (MP) a testagem em massa para COVID-19 aos alunos e trabalhadores das instituições de ensino.

					prepara da", se deve retornar . (RF)		alternativa de local para deixar os filhos em segurança e com os cuidados todos apropriad os.	
--	--	--	--	--	--	--	---	--

APÊNDICE 5

Definições/funções da escola de educação infantil					
Matéria de jornal	Notícia em site jornalístico	Cartilha da Prefeitura	Plenário Virtual 13/08	Entrevista na tv	Entrevista do governador do RS
<p>"O serviço não é prestado porque o decreto partiu do Município"</p> <p>"No momento em que o prefeito suspende contratos, dá mais força ainda para a defesa do consumidor de que não precisa continuar pagando as escolinhas"</p> <p>"Assim que a Prefeitura permitir, iremos reabrir – quem puder ficar com a criança em casa que fique, mas tem muita gente precisando dos nossos serviços"</p>	<p>A necessidade da abertura das creches aumentou com a retomada do comércio, segundo Gabriela, pois pais estão relatando as dificuldades com o cuidado das crianças ao retornar ao trabalho. Ela observa que os responsáveis têm deixado as crianças com vizinhos.</p>	<p>O retorno às aulas é muito importante para o desenvolvimento emocional e cognitivo da criança. Houve prejuízos na aprendizagem pela ausência do contato presencial entre professor e aluno por mais de seis meses.</p> <p>O ensino precisa seguir para garantir o bem-estar, a saúde e o acesso ao conhecimento dos alunos.</p>	<p>"Os pais não têm onde deixar seus filhos e isso está virando uma bola de neve. Não se pode deixar crianças em qualquer lugar."</p>	<p>As escolas de educação infantil são empresas que dependem do fluxo de caixa mensal para o pagamento, para honrar suas dívidas. Não tivemos flexibilização de impostos, as linhas de créditos não são tão acessíveis.</p>	<p>"Mais do que isso, quando a gente fala em educação infantil, a gente tá falando aquela etapa em que se fazem os estímulos essenciais para o desenvolvimento da capacidade cognitiva, da capacidade motora, do desenvolvimento até socioemocional de uma criança, que nitidamente é uma etapa fundamental. Local seguro que possui cuidados apropriados para os pais trabalharem, serviço essencial."</p>



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br